

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Mônica Cruz de Queiroz

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA
UMEI LUCAS MONTEIRO MACHADO**

Belo Horizonte

2015

Mônica Cruz de Queiroz

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA
UMEI LUCAS MONTEIRO MACHADO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: José Raimundo Lisbôa da Costa

Belo Horizonte

2015

Mônica Cruz de Queiroz

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA
UMEI LUCAS MONTEIRO MACHADO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: José Raimundo Lisbôa da Costa

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

José Raimundo Lisbôa da Costa – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

RESUMO

Este trabalho pretende abordar a questão que estabelece a implementação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar. Ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira e as perspectivas sobre os problemas e dificuldades no que se refere a sua aplicação, principalmente, relacionados à falta de formação das professoras da UMEI Lucas Monteiro Machado em Belo Horizonte para trabalharem essa temática na Educação Infantil. E também, promove uma reflexão e discussão em torno das ações pedagógicas praticadas no dia a dia da instituição. Entrevistando as educadoras, verificou-se que a maioria não reconhece a importância da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana para a compreensão da história do povo brasileiro. A Lei 10.639/03 é resultado de luta de diversos segmentos, especialmente, os movimentos negros. Portanto, pretendo promover uma reflexão, sensibilização sobre a problemática que envolve a discriminação racial, a diversidade existente na sala de aula, a percepção de como se dá a construção da identidade das crianças pequenas e a valorização histórica cultural afro-brasileira.

Palavras – chave: Educação Infantil; Educação para Relações Étnico-Raciais; Formação de Professores.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	07
2. INTRODUÇÃO.....	09
3. JUSTIFICATIVA.....	12
4. PERCURSO DE UMA PROFESSORA.....	15
4.1. Processos de escolarização, as experiências vividas.....	15
4.2. A qualificação Intelectual e profissional, uma construção permanente.....	21
4.3. Trajetória Profissional.....	25
5. A UMEI COMO CAMPO DE PESQUISA E A LEI 10.639/03.....	34
6. CARACTERIZAÇÃO DA REGIONAL E DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	41
6.1. Identificação da Instituição.....	42
6.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos.....	43
6.3. Contexto Sociocultural.....	44
6.4. A UMEI Lucas Monteiro Machado.....	46
6.5. Concepção de Criança.....	48
6.6. Concepção de Currículo.....	49
6.7. Estrutura Organizacional.....	50
6.7.1. Parâmetros de organização das crianças.....	50
6.7.2. Organização dos tempos	51
6.7.3. A organização do cotidiano escolar.....	52
6.7.4. Dinâmica e cotidiano escolar	53
7. OBJETIVO GERAL.....	55
7.1. Objetivos Específicos.....	55
8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	56
9. DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA.....	65
9.1. METODOLOGIA.....	65
9.2. 1ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 05/09/14.....	65
9.3. 2ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 12/09/14.....	74
9.4. 3ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 19/09/14.....	79
9.5. 4ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 26/09/14.....	81
9.6. 5ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 03/10/14.....	81
9.7. 6ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 10/10/14.....	85
10. QUESTIONÁRIO APLICADO APÓS FORMAÇÃO COM PROFESSORAS.....	86

11. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E REFLEXÕES EM TORNO DOS ENCONTROS.....	88
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
13. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
14. ANEXOS.....	96

1. APRESENTAÇÃO

A vida é feita de pequenos momentos nos quais somente nós podemos valorizá-los, ou não. Escrevendo sobre minha vida escolar e profissional docente pude avaliar o quanto todas as experiências vividas ajudaram-me a tornar um ser humano melhor. Porquê vívidas.

Vivemos lutando, buscando e nem sempre alcançamos os resultados que queremos. Obstáculos vão sempre existir para dificultar nossas conquistas, impedir que busquemos nossos ideais. Superá-los é a lei maior. Mas, não podemos desistir, até que consigamos realizar nossos sonhos. E terminar o curso de **Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero** oferecido pelo LASEB da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais é um sonho realizado.

O curso de **Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero** fez-me pensar uma questão evidente, sobre as teorias raciais e de gênero que, em geral, são produzidas sob encomenda para demonstrar preconceitos.

Este Plano de Ação trabalha a temática **Educação para as Relações Étnico-Raciais**, pois a realidade é eloquente: séculos se passaram e, até hoje, os negros carregam um estigma de preconceitos, de barreiras sociais e econômicas que os impede de prosperar em todos os setores da sociedade.

Este Plano de Ação, além de ser um trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em **Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero**, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, proporcionou-me momentos ricos de reflexão acerca de minha prática/ação pedagógica cotidiana e conhecimento, formação e discussão sobre a Lei 10.639/03 que, apesar de existir a doze anos, ainda está longe de se efetivar dentro do âmbito escolar.

Por isso, o Plano de Ação foi elaborado com a intenção de discutir como se dão os processos de ensino aprendizagem dentro das salas de aula da UMEI Lucas Monteiro Machado, com as crianças de 0 a 5 anos de idade. No cotidiano da escola como têm sido desenvolvidas as práticas pedagógicas em se tratando das relações étnico-raciais? Quais conhecimentos as professoras têm sobre a Lei 10.639/03?

O objetivo principal que assumimos foi o de promover reflexões sobre a Lei 10.639/03, divulgar, produzir conhecimento, bem como desenvolver atitudes, posturas e valores para formação de professores. O alvo central foi refletir sobre a diversidade étnico-racial, valorização da identidade afro descendente e reconhecimento da contribuição dos negros para formação do povo brasileiro.

Foram realizados seis encontros com professoras da UMEI Lucas Monteiro Machado, desde uma pesquisa sobre a implementação da referida lei até registros feitos em função de sistematizar as práticas das diversas professoras pesquisadas. Promover reflexões e sensibilização sobre a implementação da Lei 10.639/03 e discussões acerca de sua efetivação no âmbito da escola, por meio de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a contribuição do negro para construção do Brasil.

2. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é repleta de concepções historicamente constituídas, na qual as diferenças encontram-se presentes e são perceptivas, porém muitas vezes ignoradas, silenciadas ou concebidas de forma preconceituosa. Faz-se necessário o desenvolvimento da verdadeira história do povo negro no Brasil para tirar do anonimato fatos históricos referentes à contribuição dos africanos para formação do povo brasileiro.

O negro não veio para o Brasil por vontade própria, ele foi trazido para ser escravizado. Em nosso país não existem leis segregacionistas, nem conflitos públicos de violência racial, encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo promove a exclusão sistemática dos negros da educação, cultura, mercado de trabalho, meios de comunicação, etc.

O negro é discriminado duplamente, porque é negro e porque é pobre. Por este pertencimento racial, o indivíduo é impedido de muitas oportunidades de ascensão na sociedade. A exclusão social da população negra é fruto de uma estratégia política empreendida pela elite racista, bem antes da abolição da escravatura. As pressões sofridas por esse segmento dificultam a construção de sua autoestima e a assunção positiva de suas raízes étnicas, o que faz, da mesma forma procurar alcançar o ideal preconizador por toda a sociedade: o branqueamento.

É um erro afirmar a inexistência do racismo no Brasil pelo destaque de alguns negros no esporte, na música e na televisão. Não podemos esquecer que eles representam a minoria. A maioria do povo negro ainda se encontra em situação de exclusão e de opressão; seu insucesso deve ser creditado a essa condição, confirmada através das estatísticas que comprovam o racismo em nossa sociedade.

A partir das mudanças que ocorreram na sociedade, e conseqüentemente, na política educacional do Brasil, algumas das reivindicações dos movimentos negros foram atendidas, gerando uma série de medidas que levou o Estado brasileiro, através das iniciativas públicas a sancionar medidas que levariam a criação da Lei 10.639/03.

Cabe aos setores de educação, a aplicação da lei, para que na construção da identidade dos novos cidadãos brasileiros e os elementos da cultura afro sejam partes constituidoras da identidade desses indivíduos. O principal objetivo para

inserção da lei é o de divulgar e reproduzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram e contribuem para formação da identidade cultural brasileira.

Entretanto, os professores, que em sua formação também não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas influências para formação da identidade do nosso país, entram em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar essa temática na escola, principalmente na Educação Infantil.

A sociedade brasileira ainda reforça uma ideologia de inferioridade em relação aos negros, mesmo a despeito de este segmento representar grande parte da população. Esta prática racista elegeu um padrão europeu de cultura, beleza e estética, negando e inferiorizando o grupo negro. As experiências negativas vivenciadas pelas crianças negras nesse modelo de sociedade discriminatória fazem com que elas sejam levadas a construir negativamente imagens sobre si próprias, desenvolvendo uma baixa autoestima e rejeição de suas raízes étnicas.

Dessa forma conflituosa e adversa que a socialização da criança negra vai se construindo e se efetivando, à medida que se intensificam as suas relações com o outro, sua interação com seus pares na escola e com seus professores. Portanto, quando a criança negra chega à escola, ela traz consigo uma série de indagações em relação ao seu pertencimento racial, a que a escola irá responder de forma favorável ou não, através de suas práticas pedagógicas, atitudes, posicionamentos e até mesmo de seus silêncios. É fundamental tratar a questão racial no cotidiano escolar com reconhecimento e valorização das contribuições reais do povo negro à nação brasileira. E as situações de desigualdades deverão ser ponto de reflexão para todos e não somente para determinados grupos.

De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), “O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar conhecer a riqueza representada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.” Existe uma imensa diversidade no mundo, inclusive, na sala de aula, que está tão perto de nós professores. É importante trabalhar a diversidade diariamente construindo identidades raciais e de gênero positivas, e também, estimular o

respeito às diferenças. Para que as crianças pequenas saibam lidar com a diferença, com a diversidade. É imprescindível que a questão não seja tratada como conteúdo específico e sim abordada naturalmente, inserindo o tema em práticas diárias, como brincadeiras, leitura, música, histórias, etc. O trabalho de educação antirracista deve começar cedo, na educação infantil, onde o primeiro desafio é produzir o entendimento da identidade de equidade racial, devendo estar focada na diversidade cultural e étnica, no fortalecimento da identidade dos descendentes afro-brasileiros, para que as crianças brancas ou negras se vejam como semelhantes.

3. JUSTIFICATIVA

De acordo com a RESOLUÇÃO CME/BH Nº 01/2000, CAPÍTULO I, A EDUCAÇÃO INFANTIL, Seção I, Do Direito à Educação e do Dever de Educar. Art. 1º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, constitui da criança de zero a seis anos, a que o Estado tem o dever de atender, complementando a ação da família e da comunidade. E também o artigo 29 da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 diz que a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A escola é responsável pelo processo formativo da criança. Portanto, o processo educativo pode ser uma via de acesso para criança negra ao resgate de sua identidade, autoestima e autonomia, pois é na escola que se dão as discussões das diferenças étnica-raciais. Faz-se necessário à instituição de educação infantil respeitar e valorizar a cultura das diferentes famílias no processo educativo.

Quando se estabelece um parâmetro para a liberdade individual e igualdade, criam-se regras para que isto aconteça, então foi elaborada a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, em seu Art. 26-A, altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. E no Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. O conteúdo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

As instituições de Educação Infantil possuem suas responsabilidades, promovendo as crianças oportunidades para ampliar suas possibilidades de aprendizado e compreensão do mundo, ajudando-as a construir valores e condutas de respeito, igualdade e solidariedade para com o outro. O resultado da interação de diversas culturas é

responsável por construir identidades, sendo assim, o currículo escolar age sobre a cultura ao mesmo tempo refletindo o objetivo de constituir o sujeito.

Após pesquisa e coleta de dados realizada com professoras da UMEI Lucas Monteiro Machado, e os mesmos serem descritos, analisados e interpretados, concluiu-se que as professoras de Educação Infantil, coordenadora e vice-diretora pouco conhecem a Lei 10.639/03 que torna obrigatório nas escolas públicas e privadas da Educação Básica a inclusão da temática História da África e da Cultura Afro brasileira, que são políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negra. O estudo sobre diversidade não ocorre de forma sistemática ao longo do ano na escola, ficando centrado no dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra”, mesmo porque, nós professores não fomos formados e capacitados para enfrentar o grande desafio que é trabalhar com a temática da diversidade dentro da sala de aula e até mesmo fora dela. Mesmo a escola oferecendo um vasto acervo a ser utilizado, não existem momentos coletivos de discussão sobre a temática étnico-racial na instituição.

A princípio, o meu plano de ação seria promover a implementação da Lei 10.639/03 na UMEI Lucas Monteiro Machado, pautada no respeito e valorização da diversidade étnico-racial. Esta intervenção desenvolveria estratégias pedagógicas, com crianças de 4 anos de idade, que visassem colocar em prática uma educação de valorização da diversidade cultural, na qualidade das relações étnico-raciais e principalmente no combate ao racismo em nossa sociedade. A proposta seria pautada na literatura que é um caminho acessível para que as crianças pequenas despertem o olhar para diversidade existente na sala de aula. O trabalho seria realizado com contação de histórias, brincadeiras, teatro, e suas diversas linguagens. Esperava além de alcançar o objetivo de implementar a lei, também oferecer subsídios para construção da identidade das crianças, numa perspectiva de respeito, valorização das diferenças e da diversidade, possibilitar que as crianças sentissem orgulhosas em seu pertencimento étnico-racial.

Porém, devido estar de Laudo Permanente após submeter-me à uma Cirurgia de Artrodese (coluna Lombar), ficando assim, impossibilitada de desenvolver minhas funções como professora de educação Infantil. Mudei meu plano de ação autorizado pelo meu professor orientador, passando dessa forma, adar um novo foco a ele, que é o de uma sensibilização e reflexão com o grupo de professoras do turno da manhã das professoras da UMEI Lucas Monteiro Machado.

Portanto, conclui-se que se faz necessário e urgente um trabalho pedagógico voltado para valorização da diversidade étnico-racial como princípio educativo que contemple a Lei 10.639/03. Os principais desafios a serem enfrentados para que isso aconteça, é sem dúvida, a mudança de posturas e mentalidades da comunidade escolar, especialmente, os professores que lidam diretamente com as crianças na Educação Infantil. É preciso ressignificar os conhecimentos acerca de nossa cultura, conceitos pré-estabelecidos (eurocêntricos) há séculos. Temos que reconhecer que existe e vivemos o mito da democracia racial e que temos que rever, ter um novo olhar para as relações étnico-raciais e a diversidade existente na sala de aula. Traçar estratégias e ações pedagógicas efetivas para que as crianças desde pequenas construam identidades positivas sobre si.

4. PERCURSO DE UMA EDUCADORA

Os textos aqui reunidos são experiências e momentos vividos que fazem parte de minha trajetória de escolarização, desde os primeiros anos no Grupinho de Tábua, passando pelo Ensino Fundamental, pelo curso Normal Superior até chegar às salas de aula da UMEI Lucas Monteiro Machado onde, atualmente, leciono. Às vezes deixamos que conceitos pré-estabelecidos, atrelados a nós ao longo de nossas vidas, literalmente, tomem as decisões por nós. Porém, quando retomamos as trilhas que (re) construímos, redirecionamos nossas vidas.

Nunca havia pensado em escrever sobre minha vida. Essa possibilidade fez com que refletisse e pensasse meus conceitos, emoções e sentimentos, acertos e erros, conquistas e frustrações, avanços e recuos, dúvidas e equívocos, sonhos realizados e a realizar.

Há aqueles que guardam datas, outros guardam fotos, há ainda os que guardam lembranças, sonhos, um gesto, um olhar, coisas velhas e usadas. Eu guardo na memória tudo que vivi até hoje.

4.1. Processos de Escolarização, as experiências vividas

Curso Primário (1971 – 1974)

Fiquei surpresa e decepcionada quando pedi à minha mãe que me ajudasse a lembrar dos meus primeiros anos no Grupinho de Tábua, escola situada em Corinto/MG, cidade onde nasci e morei até os 20 anos de idade. Carinhosamente, ela disse exatamente com essas palavras: “Você nunca estudou lá! Você estudou no Maria Amália e não no Grupinho de Tábua.” Foi aí que, após anos, acordei do sonho e vi que estudar no Grupinho de Tábua era tão importante para mim que acreditava tê-lo feito de verdade. O Grupinho de Tábua era especial, uma pequena escola de tábua onde estudava as crianças mais pobres e carentes da cidade. Não que eu fosse rica, mas o meu pai trabalhava como maquinista na Rede Ferroviária do Brasil. Fato que não me permitia ter acesso àquela escola.

Em 1974 completei o curso primário na Escola Estadual Professora Maria Amália Campos, em Corinto. Era uma escola sombria, após ter concluído a quarta série não senti vontade de voltar lá. Nenhuma saudade. Recordo-me de alguns momentos vividos lá, mas não consigo lembrar qual série exata aconteceram os

fatos. Era uma aluna querida pela professora, sempre sentei na frente e conversava muito. Naquela época os alunos mais queridos sempre ganhavam presentes e eu ganhei alguns. Até hoje recordo da professora “Marislei” que substituiu uma outra que só por eu estar conversando muito, chamou minha atenção dando-me uma reguada com tanta força que, na hora, fiquei cega de dor e de raiva. Passei a mão numa bolsinha cinza prateada de uma colega do lado e joguei na cara dela com força. Não sei se ela conscientizou-se do erro cometido ou se me odiou. O que sei é que ela saiu da sala e nunca mais a vi. No outro dia, para substituí-la, veio Marislei, professora que nunca esqueci. Para chamar minha atenção quando me distraía, brincava ou conversava comigo. Apenas com palavras, muitas vezes enérgicas, faziam com que a escutasse. Recordo também do meu uniforme, blusa de tergal branco com botões na frente e saia reta azul marinho, sapato colegial preto ou congá azul marinho com meias brancas.

Conversando com uma colega que estudou comigo, recordamos fatos interessantes sobre a escola primária. As salas de aula eram espaçosas, mesas e cadeiras enfileiradas, bem alinhadas, as crianças se assentavam por ordem de tamanho. Estudávamos em cartilhas onde aprendíamos o be-a-bá, grupos de palavras que tínhamos de fazer cópias para decorar a escrita das palavras, a professora tomava leitura toda semana e por fim, o que mais nos incomodavam é que tínhamos que ficar sempre quietos e calados, senão ganhávamos “cocão” na cabeça, reguada, beliscões ou ficávamos de castigo em pé de frente para parede, atrás da porta de costas, sem recreio, entre outros. Usávamos caderno de caligrafia e pra fazer cópia do grupo de palavras. Líamos o livro de Maria Lúcia Casassanta “As mais belas Histórias”. De todas as histórias lidas a que nunca me esqueci foi “O menino do dedo verde”, ficava fascinava com aquele menino que tudo que tocava ficava verde e florido. Ouvíamos poesias de Cecília Meireles e Olavo Bilac. Naquela época tínhamos férias integrais em julho e dezembro. Quando voltávamos às aulas fazíamos a clássica composição com o título “Minhas férias”. Por fim, a bendita tabuada que a professora tomava todos os dias e os alunos que acertavam sempre eram premiados, era a forma que a professora acreditava que nos incentivava a estudar mais.

A Escola Maria Amália era tradicional, aulas expositivas, atividades de repetição, memorização, atividades intelectuais e raciocínio abstrato. Os alunos eram receptores passivos, inseridos em um mundo que iria conhecer pelo repasse

de informações. O professor era a garantia de que o conhecimento seria conseguido independente do interesse do aluno. Ênfase aos modelos em todos os campos do saber, os conteúdos eram passados como verdades absolutas, separados das experiências. A relação professor/aluno era de autoridade e disciplina. As avaliações eram provas escritas centradas no produto do trabalho, alcançado pelo conhecimento dos modelos pré-estabelecidos.

É muito comum que, visando garantir uma atmosfera de ordem e de harmonia algumas práticas educativas procurem simplesmente suprimir o movimento, impondo às crianças de diferentes idades rígidas restrições posturais. Isso se traduz, por exemplo, na imposição de longos momentos de espera – em fila ou sentada – em que a criança deve ficar quieta, sem se mover; ou na realização de atividades mais sistematizadas, como de desenho, escrita ou leitura, em que qualquer deslocamento, gesto ou mudança de posição pode ser visto como desordem ou indisciplina.

Ao colocar o corpo e os gestos no centro do desenvolvimento infantil, os estudos sobre psicomotricidade estão ajudando a pedagogia a renovar-se e a definir novos princípios para o ensino. Suas primeiras linhas começaram a ser traçadas pelo psicólogo e filósofo francês Henry Wallon (1879-1962) em meados dos anos 1920, quando ele introduziu a ideia de que o movimento do corpo tem caráter pedagógico, tanto pelo gesto em si quanto pelo que a ação representa. Na década de 1950, a psicomotricidade ganhou um campo definido de pesquisa. O psiquiatra Julian de Ajuriaguerra considerado o pai dessa nova área do conhecimento definiu-a como sendo a ciência da saúde e da educação visando à representação e a expressão motora. O psicólogo e professor de Educação Física argentino Esteban Levin é um dos pesquisadores que mais contribuem com seus estudos nesse campo. “O corpo, os movimentos e a imagem que se tem desse corpo são fundamentais na aprendizagem e na formação geral do adulto” afirma. Em entrevista à revista Nova Escola – concedida durante 9º Congresso Brasileiro de Psicomotricidade realizado em outubro/2004 em Olinda (PE), Levin explica como o educador pode explorar a agitação natural da criança para ensiná-la a ler e a escrever para alfabetizá-la matematicamente e também para que ela aprenda as mais diversas disciplinas escolares. Segundo ele, o corpo e os gestos são fundamentais para formação geral do ser humano.

Quanto ao processo de aprendizagem, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, dessa forma, o professor e a escola devem não só respeitar os saberes socialmente construídos na prática comunitária, mas também discutir com os educandos a razão de ser de alguns saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2002)

Desta maneira, ensinar não é transferir conhecimento:

Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indignações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições: um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 2002. p.52)

Freire (1977), analisando as relações entre educador-educando dentro ou fora da escola, essas relações mostram um caráter especial e marcante, de serem: narradoras, dissertadoras, no qual, o narrador e sujeito do conhecimento, o professor, e os educandos são objetos pacientes, ouvintes. O educador sendo sujeito da narração conduz os educandos à memorização mecânica de conteúdos narrados, isto é, os educandos são transformados em recipientes a serem enchidos pelo educador. Tornando, assim, a educação em um simples ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador o depositante.

Dessa forma:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem, Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1977. P. 66)

Segundo FREIRE (1977. p. 82), ao contrário da concepção “bancária”, na prática problematizadora, os educandos desenvolvem a capacidade de captar e compreender o mundo no qual estão inseridos, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em processo de transformação. “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”.

Ensino Fundamental (1975 – 1978)

O ano era 1975, acabava de ser inaugurada na cidade de Corinto a Escola Estadual José Brígido Pereira Pedras. Conhecida como Escola Polivalente, onde cursei de 5ª à 8ª série. A escola era famosa pela modernidade de sua arquitetura e

equipamentos. Professores com metodologias inovadoras, conteúdos e disciplinas diferenciadas. Lembro-me da professora de Educação para o Lar D. Ana, que ensinava a cozinhar aquelas comidas gostosas e nos mostrava o valor dos alimentos. Era uma confusão. Meninos e meninas em uma sala ambiente aprendendo os afazeres domésticos. Gosto muito de cozinhar, acredito que seja influência das aulas de D. Ana, a professora querida a qual me lembro com saudades.

O professor de Práticas Agrícolas, Carlos era lindo, gentil, solteiro e além de tudo um ótimo professor. Todas as meninas da escola eram doidas com ele, inclusive eu. Até hoje, nunca vi horta tão linda como a da minha escola. Cuidávamos delas com muito zelo e carinho, saíamos dessa aula todos sujos de terra, porém felizes.

No Ensino Fundamental, com um professor para cada matéria, disciplina rígida e alguns professores autoritários a mudança era assustadora. Contudo, os professores eram comprometidos e admirados e respeitados pelos alunos. Ao contrário de hoje, onde os professores são ameaçados, agredidos e violentados por determinados alunos. A sala de aula e o processo aprendizagem eram convencionais como as do primário. As avaliações eram feitas por meio de provas convencionais e experiências nos laboratórios (ciências, práticas comerciais, cozinha, etc). A relação professor/aluno eram mais flexíveis de acordo com cada professor, havia afetividade entre alguns. A escola Polivalente era tecnicista, portanto tinha como objetivo produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, aprender/ fazendo. O professor é o técnico e responsável pela eficiência do ensino.

Colégio das Irmãs (1979 – 1981)

Iniciava uma nova etapa em minha vida. Meu pai matriculou-me em uma escola de “Irmãs de Caridade”, Instituto Dom Serafim/Corinto. Cursei o Magistério, por sorte meu pai fez a mesma escolha que almejava, pois tinha vocação para ser professora. Entrei numa escola particular, totalmente diferente das anteriores. Sentia-me privilegiada por estudar lá, e, ao mesmo tempo, um peixe fora d’água no meio de pessoas e ambiente tão diferentes. A maioria dos alunos vinha de famílias tradicionais e ricas, e eu, ao contrário, de família humilde.

As diferenças sociais e econômicas sempre foram fatos gritantes que ocorrem no ambiente escolar. Os branquinhos de olhos claros ou cabelos lisos, os filhos de fazendeiros, comerciantes, empresários, médicos, dentistas, etc., sempre tiveram privilégios, eram mais queridos pelos professores. Os negros de cabelos crespos sempre ficavam a margem. Infelizmente, ainda hoje, existem professores que têm esse comportamento excludente.

Minha escolha pelo magistério se deve ao fato de gostar de ensinar, concordo com Paulo Freire (2002, p.24) quando diz que não há docência sem discência. “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando um blábláblá e a prática, ativismo”. Não importa a linha pedagógica adotada pelo professor, seja ele um progressista ou um conservador, existem saberes necessários, isto é, saberes demandados pela prática educativa em si mesma, qualquer que seja a opção política do educador.

Segundo Freire (2002), todo processo que vise o desenvolvimento de um modelo de ensino deve considerar também a direção dada à aprendizagem. Dessa forma, o professor não aprende apenas em sua formação acadêmica, mas também no desenvolvimento de sua ação educativa, ou seja, ao mesmo tempo em que ensina, aprende. Assim:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. (FREIRE, 2002. P.25)

Freire (2002) nos lembra que, o saber científico que o professor apresenta aos alunos é de suma importância no processo de ensinar, mas nem de longe é absoluto, na medida em que se deve dar espaço aos valores inerentes à formação tanto do caráter como do senso crítico, embasados que são em conteúdos intrínsecos ao que de humano possuímos. É preciso que se leve em consideração, tanto ao aprender quanto ao ensinar, as medidas possíveis das quais dispomos, seja as de superação, seja as de falibilidade na atuação de cada indivíduo. Observando que,

É o meu bom senso que me adverte de que exercer a minha autoridade de professor na classe, tomando decisões, orientando atividades, estabelecendo tarefas, cobrando a produção individual e coletiva do grupo não é sinal de autoritarismo de minha parte. É a minha autoridade cumprindo o seu dever. (FREIRE, 2002, p. 68)

De acordo com o mesmo autor, faz-se ainda muita confusão a respeito da questão da autoridade. Algumas pessoas definem de forma confusa os limites entre a autoridade e o autoritarismo e, por extensão, a licenciosidade com a liberdade. Não é preciso que se utilize de elementos autoritários para conseguir a adesão do educando aos processos escolares da sala de aula, mas, ao contrário, é preciso dispor sempre do bom senso, da lógica construtiva e de um engajamento profundo na busca da construção da pretendida autonomia.

Com o passar do tempo fui adaptando a tudo e a todos. Afinal fazia parte do grupo. Tinha que conviver com eles, não era “diferente” só por ser uma garota pobre e negra no meio de brancos e ricos. Nesses 3 anos fiz vários amigos, era querida a ponto de brigarem por minha amizade. Tempos bons que não voltam mais. Se pudesse voltar no tempo, viveria tudo de novo com mais intensidade...

Como professora de Educação Infantil procuro criar meios e práticas, em sala de aula, que possibilitem as crianças alegria, divertimento, aprendizagem prazerosas, um ambiente seguro e aconchegante. Num mundo informatizado em que vivemos com tecnologia avançada e aparelhos eletrônicos por toda parte, é necessário muita criatividade e disposição. Procuro dar as crianças autonomia, planejo minhas aulas com brincadeiras livres, faz de contas, brincadeiras orientadas, contação de história, teatro, rodinha de bate papo, jogos, pintura e desenho livre e muito mais. A relação entre nós é de carinho e respeito, procuro sempre conhecer o perfil da turma e história de vida de cada um para poder entender as atitudes deles no dia a dia.

4.2. A qualificação intelectual e profissional, uma construção permanente ISE Anísio Teixeira – Fundação Helena Antipoff (2003 – 2006)

A necessidade e a vontade de tornar-me uma profissional competente fez com em dezembro de 2002, prestasse vestibular. Com apenas duas semanas de preparação, para minha surpresa, após 21 anos fora da escola, consegui passar em 8ª lugar, no Curso Normal Superior da Fundação Helena Antipoff na cidade de Ibité/MG. Contudo, depois de prestar o vestibular, fiquei aguardando esperançosa o resultado. Mas, acima de tudo, inquieta, como poderia efetuar as despesas do curso? O 1º semestre fiquei devendo, até ser aprovado o FIES, negocieei as mensalidades atrasadas. Minha mãe mandava o dinheiro para condução e eu vendia

guloseimas, salgados, sanduíches e sucos para pagar despesas do curso. Entrei para Curso Normal Superior e graças a Deus, com muita luta, perseverança e garra conclui com sucesso.

Pós-Graduação “lato sensu” – UCB, ISEIB, LASEB (2007 – 2015)

No período de 2007 à 2008 conclui o Curso de Pós-Graduação “lato sensu” em Psicopedagogia Institucional ministrado pela Universidade Castelo Branco em Belo Horizonte.

Em 2013 conclui o curso de Especialização “Lato Sensu” em Supervisão Escolar e Coordenação Pedagógica: Ênfase em educação Especial e Inclusiva” promovido pela FIBH – Faculdade ISEIB de Belo Horizonte. E nesse mesmo período, na mesma faculdade conclui o Curso de Especialização em Educação Infantil e Letramento: Jogos e Brincadeiras.

Hoje o mercado de trabalho exige profissionais qualificados e capacitados, pessoas detentoras de conhecimentos, críticas, reflexivas, pesquisadoras, que sejam informatizadas. E, principalmente aberta para qualificação permanente, como estou fazendo agora no LASEB.

Segundo a professora Eunice S. Souza (1999), “Quem é sábio capacita-se para a excelência e a competência, não se acomoda as teorias empoeiradas pelo tempo. A excelência virá quando todos que se dizem entendidos em educação buscarem a atualização continuada, a informação necessária para estabelecer relações quanto aos programas de situação constituídas de aprendizagem”.

Como disse Paulo Freire “onde há vida, há inacabamento”, por isso se faz necessário buscar novos conhecimentos. Não podemos acomodar as teorias já conhecidas, devemos buscar o novo que se renova a cada dia. Quanto mais nos com novos conhecimentos e novas pessoas, mais nos tornaremos profissionais e pessoas melhores, mais competentes e capacitados para tudo aquilo que fizermos. Enquanto tivermos vida, nunca estaremos prontos e acabados, estaremos sempre buscando, aprendendo, conhecendo algo novo.

No ano de 2014, por meio de sorteio, consegui realizar um dos meus maiores sonhos, estudar na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Ingressei no curso de Diversidade, Educação nas Relações Étnico-raciais e de Gênero, ministrado pelo LASEB – Curso de Especialização em Formação de Educadores

para Educação Básica. Curso oferecido para professoras da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte/MG.

O curso constituiu-se em 12 disciplinas:

1. Fundamentos Históricos e Sociológicos da Educação Escolar. Professor: Paulo Henrique de Queiroz Nogueira. Ementa: Fundamentos Históricos e Socioantropológicos da Educação Escolar. Relação entre educação, cultura e sociedade no contexto das grandes transformações econômicas e socioculturais do mundo moderno e contemporâneo. Os profissionais de ensino como mediadores da cultura escolar.

2. Fundamentos da Educação Inclusiva e da Educação Especial. Professora: Shirley Aparecida de Miranda. Ementa: Estudos dos fundamentos da Educação Inclusiva e da Educação Especial. Processos de desenvolvimento e das particularidades associadas às necessidades educativas especiais. Estratégias de intervenção pedagógica.

3. Movimentos sociais, educação, raça e gênero. Professor: Rodrigo Ednilson de Jesus. Ementa: Movimentos sociais: dos clássicos aos novos. Movimentos sociais e a produção de saberes sobre relações étnico-raciais e de gênero. Os movimentos sociais e as lutas pelo direito à educação, ao reconhecimento e a justiça social.

4. Pesquisa em Educação: o contexto escolar como base de Investigação. Professor: José Eustáquio de Brito. Ementa: Métodos de pesquisa em Ciências Humanas. A pesquisa em educação. A escola como campo de pesquisa. Pesquisa ação e a intervenção na escola. A construção do Plano de Ação.

5. Educação, desigualdade sociais, raciais e de gênero. Professora: Ana Amélia Laborne. Ementa: Desigualdades sociais, raciais e de gênero com especial ênfase nos processos educativos que se dão no âmbito das instituições educacionais e fora delas, vividas pelas camadas populares no Brasil. Estratégias de reversão dessas desigualdades na educação brasileira: ações coletivas e políticas de ação afirmativas.

6. Diversidade étnico-racial e Educação. Professores: Natalino Neves e Fernanda Oliveira. Ementa: Discutir as diferentes formas de realizações e de expressão das desigualdades e da diversidade na sociedade brasileira. Discutir a temática da diversidade e seus reflexos nas práticas educacionais.

7. História da África na Educação básica. Professora: Vanda Lúcia Praxedes
Ementa: Desconstrução das imagens negativas herdadas da literatura colonial sobre o passado político dos ancestrais, dos negros brasileiros. O debate historiográfico; dimensão histórica e política da África em /sala de Aula. Avanços, desafios e perspectivas atuais.

8. Religiões de Matriz afro-brasileira e educação. Professor: Erisvaldo Pereira dos Santos. Ementa: As religiões brasileiras de matrizes africanas como espaço e tempo de vivência do sagrado e dos valores civilizatórios africanos. As ideologias de denominação colonial, a perseguição policial, a demonização, o racismo e a intolerância religiosa como obstáculos para a compreensão positiva dos conteúdos de matriz africana. O currículo escolar como campo de afirmação, negação e disputa de valores civilizatórios: desafios epistemológicos, antropológicos e éticos na formação do/a professor/a para o trato com a diversidade.

9. Gênero e Educação. Professora: Shirlei Rezende Sales. Ementa: Teorias de gênero, Relações de gênero e as questões políticas e culturais. Diferença de gênero e educação. Preconceitos, discriminações e desigualdade de gênero. Gênero e relações raciais na escola. Relações entre gênero e sexualidade. Sociedade contemporânea e pós-gênero.

10. Diversidade sexual e educação. Professor: Paulo Henrique de Queiroz Nogueira. Ementa: O sistema sexo-gênero e as dinâmicas escolares. A diversidade sexual e as implicações na educação escolar: novas demandas para a inclusão ou como superar o heterossexismo. Direitos educacionais de gays, lésbicas bissexuais, travestis e transexuais no campo educacional, aspectos da homofobia e a matriz heteronormativa.

11. Currículo: teorização e políticas. Professora: Marlucy Alves Paraiso. Ementa: Definições de currículo. Currículo e diversidade. Seleção e organização dos conteúdos na perspectiva da diversidade étnica racial. Multiculturalismo e currículo: dilemas e perspectivas. Diretrizes Curriculares Nacionais para relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana: histórico, limites e avanços. Possibilidades em um currículo ou currículo e possibilidades.

12. ACPP – Análise Crítica da Prática Pedagógica, o memorial e o Plano de Ação. Professor orientador: José Raimundo Lisboa da Costa. Essa disciplina tem como principal objetivo instrumentalizar o professor para que seja capaz de

organizar, sistematizar atividades e elaborar planejamentos de aula e projetos de ação docente. Instrumentalizar o professor para que seja capaz de refletir sobre o seu fazer, avaliar o seu trabalho, o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos. A ACPP se estrutura através da metodologia ação/reflexão/ação, explicitando os saberes da prática, construídos pelos docentes participantes, em suas diferentes experiências no cotidiano de suas práticas em salas de aula.

Portanto, acredito que a formação permanente e a reflexão crítica da prática pedagógica é fundamental para o exercício do magistério. Por isso, então, é muito importante estar na academia e participar de discussões acerca das relações étnico-raciais e gênero, pois na minha formação acadêmica não houve estudos acerca desses temas. Naquela ocasião, não tive acesso a esse tipo de discussão, por isso jamais conseguiria introduzir no currículo a ser trabalhado na sala de aula, essas temáticas. De acordo com Paulo Freire:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 2002. p.43)

4.3. Trajetória Profissional

Desde muito jovem tinha consciência da importância da capacitação para formação profissional. Por isso, no período de 1978 a 1983 participei de vários cursos de curta duração na área comercial ministrados pelo SENAC e Clube dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte.

Em 1979 iniciei minha formação profissional no curso de Magistério no Instituto Dom Serafim na cidade de Corinto/MG. Neste mesmo ano participei do Curso de Recreação Infantil promovido pela Escola Febem Milton Campos. No segundo ano do Magistério conclui o Curso de Atualização e Treinamento em Educação Religiosa (CATER) ministrado pelo Departamento Arquidiocesano de Catequese de Diamantina. Conclui o curso de Magistério no ano de 1981.

No período de 2000 á 2004 trabalhei numa creche mantida pela AMAS – Associação Municipal de Assistência Social como Educadora Infantil em tempo integral.

Segundo Paulo Freire, uma carreira não é algo que a pessoa constrói por seus próprios meios, mas algo que flui naturalmente de talentos e habilidades

peçoais em resposta as oportunidades que surgem. E foi assim que iniciei minha carreira no magistério me agarrando a primeira oportunidade que surgiu para exercer a profissão de professora. O meu primeiro trabalho na área da educação foi em uma creche na cidade de Belo Horizonte no ano de 2000. Motivada pela oportunidade, usei ao máximo minhas habilidades para exercer minha profissão. Após 19 anos de formação em Magistério resolvi procurar emprego na área da educação. Fui informada que estavam fazendo inscrições para trabalhar em uma creche e que o salário era bom. Inscrevi-me, passei por uma rigorosa seleção e entre 20 candidatas, fui uma das 5 professoras escolhidas para exercer a função de Educadora Infantil.

No ano 2000, iniciava-se uma grande preocupação com Educação Infantil, as creches, a partir de então, não só cuidariam das crianças, como também teria o papel de educar, tendo o brincar e o lúdico como norteador do trabalho a ser realizado. A Educação Infantil no município de Belo Horizonte estava em processo de transição para uma educação de qualidade e foram implementadas várias políticas públicas para realização das reformas. A Resolução CME/BH Nº 01/2000, fixa normas para a educação infantil no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte. O art. 1º fixa que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança de zero a seis anos, a que o Estado tem o dever de atender, complementando a ação da família e da comunidade. E parágrafo 1º para fins desta Resolução, entidades equivalentes a creches e pré-escolas, às quais se referem os incisos deste artigo, são todas aquelas responsáveis pela educação e cuidado de crianças de zero a seis anos. Considerando a fase transitória pela qual passavam creches e pré-escolas na busca por uma ação integrada que incorpore às atividades educativas os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras. Neste momento, senti a necessidade de capacitação e formação para conhecer a clientela com quem estava lidando. Então, fui buscar conhecimento, teoria e prática. Precisava saber agir, conviver, adquirir meios para nortear o meu trabalho, estratégias que permitissem aquelas crianças desenvolverem suas habilidades de acordo com as novas exigências.

Comecei trabalhar na Creche José Isidoro Filho, periferia de Belo Horizonte, regional Barreiro em 11 de agosto de 2000. Jamais vou esquecer o 1º dia de trabalho. Fecho os olhos e consigo ver e ouvir brinquedos espalhados por toda a creche, meninos e meninas correndo e gritando por todo lado. Nós, pasmas, sem

saber o que fazer. Pedimos ajuda ao CEI (Centro de Educação Infantil Barreiro), e em uma reunião pedagógica perguntamos desesperadas: Como educar essas crianças tão sem limites? Adarlete, a coordenadora do CEI com tranquilidade respondeu: - Brincando, o caminho se faz ao caminhar. Nunca esqueci essa frase, na época se pudéssemos a teríamos enforcado. Hoje sei exatamente o que ela quis dizer. Nós, que trabalhamos com criança pequena, sabemos que elas só precisam serem respeitadas como tal, com suas diferenças e particularidades. Toda criança, tem direito de correr, gritar, brincar e é assim que elas se desenvolvem, constroem seu próprio conhecimento. Cabe a nos profissionais da Educação Infantil propiciar um ambiente de confiança, autonomia e segurança, orientando, motivando, incentivando, interagir para que juntos aluno/professor possam vivenciar experiências significativas, aprender e ensinar mutuamente. E caminhando a cada dia, tenho construído o meu caminho, tenho buscado capacitar-me a cada dia mais, fiz vários cursos na área da Educação Infantil.

No período de 2000 a 2003 na creche José Izidoro, na prática do dia a dia tínhamos uma rotina diária estabelecida pela instituição: café da manhã; almoço; lanche da tarde e jantar; hora do sono; brinquedoteca; rodonas. Essas rodonas eram muito bacanas porque a cada semana uma professora era responsável em apresentá-la, e havia uma disputa muito grande entre nós porque uma sempre queria superar a rodona da outra, com isso as crianças é que lucravam. Apresentávamos teatro, música, dança, histórias contadas de várias formas, e o mais legal que tinha que ter a participação das crianças. O restante do tempo era planejado atividades de brincadeiras livres e orientadas, faz de conta, roda de música, de bate papo, valorizava muito o desenho livre das crianças, contávamos histórias. Era legal que as crianças recontavam as histórias (eu registrava tudo), encenavam e muitas dessas histórias encenadas e recontadas que apresentávamos nas rodonas.

Ao longo do tempo, percebi que as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Necessitam de afeto, de um ambiente de aceitação, compreensão, segurança e confiança. Realizam as atividades com interesse e esforço, se forem livres para expressarem seus sentimentos e emoções. Aprendi que é preciso que haja tempo e espaço, tempo para aprender e brincar, o espaço para integrar o aprender e se preparar para a sociedade, espaço coletivo de convivência onde

acontecem interações entre crianças e adultos, assim fiquei encantada pela Educação Infantil desde o princípio.

Para isso, participei de vários cursos de aperfeiçoamento: 2000 – As várias dimensões da Formação da Criança (Secretaria Municipal da Coordenação de Gestão Regional Barreiro). Gestão na Sala de Aula: Planejamento, Avaliando e Documentando a Educação Infantil, O ensino para a compreensão e mudança da escola, A Mulher Brasileira no Ano 2000: conquistas e desafios (SEE/MG – Centro de Referência do Professor); 2001 – LDB: implicações na vida da escola e do professor (Projeto realizar). O Movimento, a Afetividade e o Brincar na Educação Infantil, Aprofundando nas discussões da Educação Infantil, Inclusão Escolar (SMCGRB); 2002 – A construção da linguagem, Descobrimo a Arte de Contar Histórias (SEE/MG – Centro de Referência do Professor). Bate-papo Pedagógico – troca de experiências (SMCGRB); 2003 – Os fazeres na Educação Infantil, Aprofundando nas discussões da Educação Infantil (SMCGRB). I Semana Científico-Pedagógica – Educação e Inclusão (FHA – ISE Anísio Teixeira); 2004 - Seminário: LDB – “A educação Infantil no contexto das políticas Públicas atuais” (CUM Izabela Hendrix).

Aprendi muito com os cursos que realizei e nas minhas ações pedagógicas procurei conciliar a teoria com a realidade vivenciada, desenvolver atividades lúdicas, contação de história como meio de aprendizagem e a influencia da brincadeira no desenvolvimento infantil.

O CEI – Centro de Educação Infantil Barreiro, oferecia um Espaço de Formação (Encontro Setorizado) para aprofundar as discussões sobre a Educação Infantil. Reuniam-se todas as Instituições de Educação Infantil para troca de experiências que aconteciam de 3 em 3 meses, passando depois a ser de 6 em 6 meses. E eram sorteadas as instituições a demonstrar o trabalho realizado. De todos os cursos que participei e frequentei o de “Descobrimo a Arte de Contar Histórias” foi o que mais me possibilitou a prática e criação em minhas aulas. Em um dos Encontros Setorizados apresentei a “História do Gato Xadrez”. Vesti-me de gato, arrastei e miei para uma plateia exigente de “adultos”, para contar a história. Foi tamanha repercussão que fui convidada para contar a história em outros encontros.

Outro trabalho inesquecível foi transformar uma história contada fazendo mímicas com as mãos em teatro. A peça “História de uma Borboleta”, possibilitou a participação de todas as crianças da turma, cada uma representando um

personagem específico, caracterizado com fantasias, painel de fundo, criação de jardim no chão, sons de chuva, vento, raio e trovão. Tudo criado e confeccionado por mim. Esse trabalho foi tão envolvente que apresentei em 3 escolas diferentes. Em 2003 com crianças de 5 anos, 2008 com crianças de 4 anos e em 2009 com crianças de 9 anos. Foi um trabalho tão bacana que todos se lembram até hoje.

Em 2005 entrei para rede Municipal de Sarzedo através de Concurso Público para o cargo de Professora das séries iniciais. Foi um grande choque, toda prática adquirida na creche de nada me serviu, pois a educação em Sarzedo é totalmente tradicional e arcaica. Tem um mesmo planejamento que vai para todas as escolas com conteúdos prontos e acabados e o professor a cada etapa tem que esgotá-lo. Procuro ser uma professora mais próxima dos meus alunos e flexível ao passar os conteúdos, tento tornar o ambiente mais agradável, pois existe uma cobrança cruel tanto para com os professores, como para os alunos.

Em 2008, muito insatisfeita com a educação de Sarzedo, passei no concurso público na Rede Municipal de Ibité. Tirei licença sem vencimento em Sarzedo e assumi o cargo de professora em Ibité que ao contrário de Sarzedo, que é extremamente organizado e metódico, o professor trabalha do jeito que bem quer. No ano de 2009, chegando à rede de Ibité foi efetivada na Escola Municipal do Bairro Jardim Montanhês, a escola estava sendo inaugurada. Por sorte peguei o 5º ano A, a qual tive uma parceria muito produtiva com a professora Carlinha do 5º ano B. Trocávamos ideias, atividades, avaliações, éramos verdadeiramente parceiras, não havia concorrência entre nós, pelo contrário: amizade, solidariedade e fraternidade. Neste mesmo ano, para a 1ª Feira de Cultura da escola, escolhemos o tema “Consciência negra”. Este trabalho teve várias etapas. Pesquisa sobre o tema, reportagens, produção de texto, poemas, histórias: A bonequinha preta (cada aluno reproduziu sua bonequinha preta), Menina bonita do laço de fita (foram feitos recontos individuais escritos) e a história de um boneco preto “Pretinho: meu boneco querido”. Fizemos em grupo mandalas com símbolos da cultura negra (utilizando diversos grãos), recortes de pessoas negras em várias situações para fazer o pano de fundo do mural que cobria um fundo todo da parede da sala. Transformamos dentro da sala de aula uma boneca branca em uma boneca preta. Pintamos com tinta preta, colocamos tranças, olhos negros, boca grande e confeccionamos as roupas. Depois de pronta, escrevemos uma plaquinha de “Bem vindos” e a penduramos na porta de entrada da nossa exposição. O mural era metade branco,

metade preto, nele foram coladas as produções, poemas, e pesquisas sobre o tema (Nelson Mandela, apartheid) e outros. No dia da exposição além do mural bem diversificado sobre o tema, no meio da sala tinha uma mesa arrumada com várias bonecas negras lindas e uma cesta com pirulitos com mensagens sobre o preconceito racial para os visitantes. Foi o único lugar em que pude trabalhar o tema por um período longo sem objeções. Nas outras escolas que me lembre só se trabalha consciência negra dia 22 de novembro e pronto.

No ano 2010, peguei de cara um 3º ano com alunos difíceis, que não sabia escrever e nem usar o caderno, não conseguiam copiar do quadro, tinha uma péssima leitura. Alguns alunos escreviam uma palavra em cada linha. Com ajuda da minha supervisora que respeitava os alunos com suas dificuldades, propus parar tudo e ensinar aqueles alunos a escrever textos deles mesmos. Com apoio da supervisão, começamos a fazer produções de texto. Todo o conteúdo de ciência, geografia e história que tinha que ser ministrado era feito e avaliado por meio de textos produzidos por eles mesmos.

Descobri que essa turma gostava de movimento, então participamos de várias gincanas (festa junina, festa da família, e outras) vencemos algumas e perdemos outras, o importante é que competíamos. Fizemos várias apresentações teatrais, dentre elas “A História de TatêCalanquêCatacanQuixiláCalanquê” de Bia Bedran e encenamos a poesia de Vinicius de Moraes “As borboletas”.

Em 2011, minha coluna já não andava muito boa, devido ao deslocamento, exonerei o cargo em Ibirité e voltou a lecionar em Sarzedo, cidade onde residia e moro até hoje. Muitas novidades na rede de ensino, lá tinham uns tais projetos que funcionam só no papel. A proposta é muito boa, porém, os profissionais que dão às aulas não são capacitados para tal: informática, jiu-jítsu, corpo e movimento, balé, música. Alguns têm a formação na área, mas não sabem nada de magistério.

A minha sorte que em abril de 2011 sai de licença, fiz cirurgia da coluna lombar em setembro desse mesmo ano e voltei a trabalhar em Fevereiro de 2012 com desvio de função com atendimento pedagógico a pequenos grupos de alunos.

Em 2008, iniciei na Rede Municipal de Belo Horizonte como Educadora Infantil na UMEI Lucas Monteiro Machado. Tudo novo. Nos anos de 2008 – 2009, estudávamos constantemente o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, documento elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1998, subsidiar nosso trabalho. Atendendo a Lei 9.394/96 que estabelece, pela primeira

vez na história de nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, o objetivo do RCNEI é auxiliar na realização de um trabalho educativo diário junto às crianças pequenas. E com muito estudo, troca de experiências com colegas da mesma instituição e de outras fui iniciando meu processo de formação como professora de Educação Infantil

Em 2010, trabalhei na UMEI Lucas Monteiro Machado com crianças de 5 anos, a turma 6731A, Turma dos Sapinhos. Vou contar nossa história, como tudo começou. Recebíamos uma cor para cada turma, a nossa era verde, precisávamos arrumar um animal para ser nosso mascote e que combinasse com a cor da turma. Foi aí, que por meio de votação o sapo ganhou a competição. Começamos o processo para enfeitar nossa sala e confeccionar nosso mascote. O 1º trabalho foi pintar uma folha em branco de verde, recortar o formato de um sapo e cada criança enfeitava seu sapinho como bem entendesse. Teve sapo de todo jeito, com olhos e boca, sem olhos e boca, com chinelos, short, saia, verde, marrom, preto, etc. No segundo momento foi o início do Projeto Mascote. Utilizamos vários materiais: agulha, linha, lã preta, feltro verde e vermelho, olhos e espuma. A construção durou 3 semanas. Fizemos um primeiro molde que não ficou bom, o segundo molde do sapo ficou legal, então, recortamos no feltro verde e costuramos com linha e agulha. Aproveitamos o primeiro molde e fizemos a namorada do nosso mascote, que para identificá-la as meninas pediram que colocássemos um lacinho vermelho em sua cabeça. Cada criança deu 5 pontos, na hora de encher cada um colocou um pouco de espuma dentro do molde. Ficou espuma espalhada por toda a sala. Fechamos o sapinho e juntos demos os acabamentos finais. Ficou muito lindo. Confeccionamos também uma sacola toda decorada para nosso mascote sair para passear e levar o livro junto para registros. A partir daí, todas sexta-feira o nosso mascote ia visitar uma casa, passava o fim de semana com uma criança e sua família. Na segunda-feira o mascote retornava para escola e alguém da família registrava no caderno da Turma do Sapinho como foi a visita. Além do registro pedi também que escolhessem um nome para o sapinho. Nosso mascote visitou 15 crianças e todas registraram com detalhes como foi a visita, como cuidaram dele, onde e como dormiu. Depois e todas as visitas selecionei os nomes e fizemos uma votação democrática e nosso mascote passou a se chamar “Amigo Verdinho”.

A educação infantil no Brasil registrou muitos avanços nos últimos vinte anos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

de 1996 a definiram como primeira etapa da educação básica, antecedendo o ensino fundamental, de caráter obrigatório, e o ensino médio. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas desde seu nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira.

Porém, para que esse direito se traduza realmente em melhores oportunidades educacionais para todos e em a apoio significativo às famílias com crianças até seis anos de idade, é preciso que as creches e as pré-escolas, que agora fazem parte integrante dos sistemas educacionais, garantam um atendimento de boa qualidade, para isso, foi realizado em 01/10/2010 o 1º encontro em nossa UMEI para processo de aplicação do documento: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Este documento foi construído com o objetivo de auxiliar as equipes que atuam na educação infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que tenham um potencial transformador.

Pretende, assim, ser um instrumento que ajude os coletivos – equipes e comunidade – das instituições de educação infantil a encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais as crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática. O Ministério da Educação sintetizou os principais fundamentos para o monitoramento da qualidade da educação infantil no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006).

Para finalizar o ano de 2010, a grande festa de despedida da Turma dos Sapinhos que teve como tema principal “Os direitos da Criança”. Para registro do evento muitas fotos anexadas no livrão, assim como fotos de todo o processo de educativo de 2010.

De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que estamos sempre começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar. Façamos da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro. (Fernando Sabino).

Entre 2007 a 2012 cursei: O lúdico na aprendizagem, I e III seminário “ReggioEmilia”, Inclusão na Perspectiva da Diversidade Cultural, Proposições Curriculares, A Prática Pedagógica Docente no Fazer e no Aprender, A aquisição do sistema de escrita e o desenvolvimento da consciência fonológica, entre outros.

De acordo com artigo retirado da internet “Educação Infantil em ReggioEmilia: As Cem Linguagens da Criança” e escrito por Cristina Monteiro, ReggioEmilia é uma cidade que tem por volta 173 mil habitantes, crianças de 0 – 6 anos representam 6% desta população, desta porcentagem 65,8% frequentam as escolas públicas num total de 6630 alunos. São chamadas “Creches Escolas” que abrigam crianças de 0 a 3 anos e “Escola da Infância” para crianças de 4 a 6 anos. Para acolher a todos, a cidade possui 12 Creches e 21 Escolas da Infância, que responde bem a demanda. Internamente as diferentes faixas etárias são divididas por seção. Na Itália não é obrigatório frequentar as escolas nesta faixa etária, portanto não é obrigação do Estado, mas a gestão destas escolas é realizada indiretamente pelo Município com a participação de cooperativas educativas sociais. O Regimento de Reggio esta baseado em três pilares: a educação é um direito, a educação é de responsabilidade da comunidade, da sociedade civil e dos governos e, a educação é um bem comum.

Esta experiência educativa se inicia após a segunda guerra mundial, como uma reivindicação das mulheres da cidade que não queriam apenas um lugar para deixar seus (as) crianças/filhos, mas sim o melhor, o melhor da pedagogia da época, uma escola de qualidade. Em 1945 vendem os materiais bélicos que se encontravam abandonados pelo município e destinam o dinheiro arrecado a construção da primeira escola da comunidade: ScuolaComunale Del Infanzia – XXV Aprile, o princípio foi: queremos uma escola de qualidade e ética, a esta iniciativa o jovem pedagogo LorisMalaguzzi que dialoga com a pedagogia da vanguarda da época: Piaget, Vigotsky, Frenet, autores que não haviam ainda sido traduzidos na Itália. Assim, a construção pedagogia das escolas se concretiza dentro de uma perspectiva sócio construtivista onde o conhecimento se constrói através da ação do sujeito, se constrói no contexto, junto com a inovação social e com a cultura do grupo, crianças aprendem pelas experiências e nas experiências da ação do fazer.

Atualmente, o Brasil vive uma realidade diferente, evoluiu econômica e socialmente e para caminharmos nessa evolução, precisamos de escolas democráticas, inclusivas, participativas, plural, que garanta oportunidade igual para todos. A escola é o principal espaço de educação e socialização da criança, é onde ela tem a oportunidade de desenvolver-se em sua integralidade.

Sendo assim, necessitamos também de educadores de crianças diversas, ou seja, o professor precisa saber lidar com os alunos de diferentes repertórios, uma vez que há diferenças socioculturais, emocionais e intelectuais entre eles.

Precisamos de professores preocupados em trabalhar com todas as temáticas que envolvem situações de preconceito, discriminação racial e social de uma maneira mais humana, pensando na diversidade étnico-cultural e racial de nossas crianças. Sei que precisamos de profissionais mais comprometidos com a educação, e com um discurso mais democrático e sincero ao olhar e perceber as diferenças existentes na escola.

5. A UMEI COMO CAMPO DE PESQUISA E A LEI 10.639/03?

A pesquisa sobre a “Lei 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico Raciais no Espaço Escolar” tem como objetivo coletar dados e informações relativos à implementação da Lei 10.639/03 na escola UMEI Lucas Monteiro Machado, a fim de subsidiar a (re) escrita do memorial e elaboração do plano de ação.

Os dados da pesquisa foram colhidos através de um questionário composto com 13 perguntas e foi aplicado na UMEI Lucas Monteiro Machado, onde trabalham 17 professoras ao todo. O grupo de participantes foi constituído por 9 professoras que trabalham na UMEI na rede municipal de Belo Horizonte. Sendo: 7 professoras da Educação Infantil, 1 coordenadora e 1 vice diretora. Algumas dificuldades surgiram na composição do grupo, como a ausência de 1 professora participante por motivos pessoais, e, 7 professoras que foram convidadas, mas, se recusaram a participarem por receio de falarem de suas práticas pedagógicas. Os sujeitos participantes terão suas identidades preservadas e serão tratados com os seguintes pseudônimos **A, B, C, D, E, F, G, H, I**.

Todas as participantes são do sexo feminino, as professoras entrevistadas têm a faixa etária entre 27 à 57 anos; 3 professoras se declararam sendo de cor parda, 5 de cor branca e apenas 1 de cor negra. Quanto ao nível de escolaridade: 2 são formadas em Pedagogia; 1 cursa 2º período em Pedagogia; 1 possui o curso de Magistério e 5 são Pós graduadas em cursos com ênfase na Educação. O tempo de docência de cada participante varia de 3 à 32 anos de trabalho exercendo o magistério. Todas atuam na Educação Infantil, exceto a vice diretora que atuava no Ensino Fundamental.

A questão 1 pergunta à respeito do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Como foi sua construção? Qual seu eixo central?

Todas as participantes disseram que a PPP da instituição teve seu início no

ano de 2000 e contou com a colaboração de todos os segmentos e teve como eixo central “Educando cuidando e cuidando educando”.

A Proposta Política Pedagógica é um documento que expressa a realidade escolar, ela é um importante meio para propagar a gestão democrática, pois devem ser construídos e mantidos com a colaboração de toda comunidade escolar. Pais, alunos, professores, direção e funcionários da escola, para que assim a escola tenha conhecimento dos problemas da comunidade e a comunidade tenha conhecimento dos problemas ocorridos na escola, e principalmente que essa articulação possibilite melhoras e ganhos proveitosos para todo o meio escolar. O PPP (Projeto Político Pedagógico) deve contar a realidade escolar e projetar o futuro, buscando novos horizontes, e priorizando metas construtivas e de desenvolvimento. Ele possibilita que se conheçam os desejos e prioridades que a comunidade deseja para a escola. Não basta apenas construir o PPP para cumprir as normas, é necessário que os docentes o conheçam e façam uso dele. Pois, com um PPP elaborado com a participação de todos, vamos ter uma escola democrática e uma educação de qualidade.

A Questão 2. Sobre o movimento de inclusão temática “História da África e Cultura Afro-brasileira” nas práticas em sala de aula?

Entendi em todas as respostas que o tema não permeia as discussões e os planejamentos do grupo. E que o trabalho é desenvolvido somente por meio de contação de histórias, existem apenas algumas ações próximas ao dia 20 de novembro, em comemoração ao “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Questão 3. É possível dizer que ela se faz de modo a contemplar os princípios norteadores da Lei 10.639/03?

As participantes disseram que é preciso aprofundar mais sobre a temática para ser contemplado de maneira satisfatória e quando as atividades são programadas tem a inclusão de todas as crianças. Penso que a lei é pouco discutida e conhecida no âmbito da escola. É preciso aprofundar, sair de ações pontuais em datas específicas para um trabalho no dia a dia incorporando às ações pedagógicas ao ano inteiro.

A Questão 04. Descreva e analise como você percebe a receptividade dos/as diversos/as professores/as de sua escola no que se refere à inclusão História da África e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar:

Existe receptividade por parte do grupo, algumas apresentam resistência ao tema. Mas, todas alegam falta de formação, dificuldade e conhecimento para abordar o tema. A escola não oferece momentos coletivos de discussão sobre a temática.

A Questão 05. Identifique, descreva e analise as percepções elaboradas pelos/as professores/as referentes à institucionalização da obrigatoriedade de inserção de História da África e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar:

As professoras percebem dificuldades em abordar o tema na Educação Infantil, e que o tema é polêmico. Não existe discussão referente à lei. Das 9 participantes somente 5 responderam a essa questão. Acredito que se faz necessário incorporar a prática da Lei 10.639/03, não pela obrigatoriedade, mesmo porque no nosso país as leis não são respeitadas. O que acontece com as escolas que não cumprem a lei? NADA. A escola deveria trabalhar por convicção de que o racismo no Brasil é uma questão que está arraigada há anos. É preciso uma posição séria da escola diante da questão étnica racial para que milhões de brasileiros possam na sua formação pensar o mito da democracia racial e ter condições de ter acesso à educação, saúde, oportunidade. Engrossar à luta pela igualdade racial e a construção de um mundo melhor para todos. Para que a população negra do Brasil, não tenha dúvidas para responder sua cor, quando perguntada, que o sentimento de pertencimento a um povo que contribuiu enormemente para formação do povo brasileiro e de cada um de nós, que seja, comum e não exceção.

A Questão 06. Cite dois aspectos existentes na sua escola que favoreçam o trabalho em torno da promoção da igualdade étnico-racial nas escolas:

As entrevistadas responderam que há receptividade dos profissionais e das crianças em realizar atividades relacionadas ao tema e a materialidade. Trabalham com contação de histórias, música e fantoches.

A Questão 07. Cite dois aspectos existentes na sua escola que desfavoreçam o trabalho em torno da promoção da igualdade étnico-racial nas

escolas:

As professoras entrevistadas relataram que a falta de formação e informação do grupo sobre o tema e estereótipos de cada profissional impede o trabalho para promoção da igualdade étnico racial na escola.

A Questão 08. No que se referem às práticas pedagógicas de sala de aula, quais tem sido as iniciativas para viabilizar a implementação do decreto 10.639/03?

Apesar da maioria afirmarem que elaboram projetos para promover a igualdade étnico racial, não é verdade. É sabido, que o tema só é trabalhado em novembro e que a única iniciativa foi a da coordenação ter falado superficialmente da Lei 10.639/03 em reunião pedagógica que trata vários assuntos e recentemente disponibilizou na sala dos professores uma caixa com material existente na UMEI (livros, CDs e DVDs). Existe na sala da coordenação também, o kit “A cor da Cultura” que fica guardado em um armário. E que curiosamente, peguei para conhecer.

O Kit “A Cor da Cultura”, é um material muito bacana elaborado pelo MEC e é composto por:

- 2 DVDS que são divididos por Episódios. DVDS 1: AÇÃO: BAHIA – a cultura africana através dos ritmos, comida e danças. MARANHÃO – a história dos quilombos, do bumba-meu-boi e do tambor de crioula. MINAS GERAIS – a Estrada real e a construção dos negros para mineração. MULHERES NEGRAS – as mulheres negras e preconceito. DVDS 2: NOTA 10: Educação Infantil; Religiosidade; Educação Quilombola, Identidade, Multidisciplinaridade, Arte.
- 2 DVDS – LIVROS ANIMADOS. Somente um é voltado para Educação Infantil. DVD 1: O menino Nito e Menina Bonita do Laço de Fita; Bichos da África 1 e 2, Capoeira, Jongo e Maracatu e os Reizinhos do Congo. DVD 2: Contos africanos e como as histórias se espalharam pelo mundo; Ifá, O Advinho; A Botija de ouro e o presente de Ossanha. DVD 3: Ana e Ana pirilampéia e os dois meninos de Tatipurum; Bruna e a Galinha d’angola e Berimbau; O filho do vento; O menino Inesperado e Lili, a rainha das escolhas.
- 1 CD – GONGUÊ – a herança africana que construiu a música brasileira.

- 3 MAPAS: mapas da diáspora; mapa do continente Africano, mapa de valores civilizatórios.
- 2 JOGOS: 1 jogo de cartas construído a partir de significações e resignificações, cruzamentos entre a simbologia Adinkra e provérbios africanos e afrobrasileiros, nos convida à ludicidade, a imersão nos valores africanos e afrobrasileiros e, sobretudo, a inventar formas e mais formas de utilizá-lo criativamente. 1 jogo Heróis de todo mundo.
- 1 Coleção de livros. SABERES E FAZERES, organizados em 5 volumes: 1. Modos de Ver; 2. Modos de Sentir; 3. Modos de Interagir; 4. Modos de Fazer; 5. Modos de Brincar.

De acordo com os organizadores do kit, o projeto A Cor da Cultura é, por princípio, um projeto de parcerias, de sonhos partilhados, sonhos coletivos. Neste sentido, é importante destacar que a metodologia utilizada foi construída no encontro e na troca. Pode-se dizer que essa é uma metodologia tecida em diálogo com várias linguagens, pessoas, disciplinas, saberes e fazeres. Não é, portanto, por acaso que os cinco cadernos resultantes do projeto são intitulados: Modos de Ver, Modos de Sentir, Modos de Interagir, Modos de Fazer e Modos de brincar. A metodologia é polifônica e dialógica: o real desejo de erradicar o racismo transcende a implementação da Lei nº 10.639/03 e faz, de todos nós, construtores da sociedade dos nossos sonhos. Existem vários modos de Ver, Sentir, Interagir; Fazer e Brincar com a cultura afro-brasileira.

A Questão 9. Em sua escola existem materiais didáticos que abordem a diversidade racial e cultural entre as pessoas?

Todas disseram que existem vários livros de literatura e DVDs de histórias diversas, história da África entre outros. Jogos e materiais do kit “a cor da cultura”. Mas, não citaram nenhum exemplo.

A Questão 10. Você se lembra se nessa escola existem livros infanto-juvenis que abordem a diversidade racial e cultural entre as pessoas? Em caso afirmativo, quais materiais você conhece?

No total foram citados pelas professoras apenas 6 livros trabalhados na escola. A menina bonita do laço de fita, A bonequinha preta, Meninas negras, A

princesa e o sapo, Menino Nito e Lili, a rainha das escolhas. Achei pouquíssimo pela riqueza de material existente na escola.

De acordo com averiguações, constatei que comparando a outras redes, a materialidade é fantástica. Tanto de estudo para o professor, como literatura para alunos. E que também, existem diversos livros de literaturas disponibilizados na caixa na sala dos professores, enviados pela SMED. Entre eles: Galinhola e o monstro escamoso de Maté; Raio de Sol, Raio de Lua de Celso Sisto; Bem me quero bem me querem e Terra Mãe de Regina Rennó; Tequinho o menino do samba de Neuza Rodrigues e Alex Oliveira; Por que os mosquitos zunem no ouvido da gente de Verna Aardema; Mãe Dinha de Maria do Carmo Galdino; Cartas entre Marias – uma viagem à Guiné de Bissau Virginia Maria Yunes e Maria Isabel Leite; Mais respeito eu sou criança! Pedro bandeira; As tranças de Bintou de Sylviane A. Diouf; A ovelha negra de Bernardo Aibê. Vários livros da cultura indígena.

Sempre usei a literatura como uma forma de abordar à questão com os alunos do Ensino Fundamental, levando os casos de racismo da própria sala de aula, da escola e da mídia para o centro das discussões da sala de aula. Aumentava, potencializava discussões e ações em determinadas datas, 13 de maio, 19 de abril, 20 de novembro, etc. Incorporei, a questão étnico racial ao meu fazer pedagógico, pois inúmeras aulas traziam a temática a tona, para o centro das discussões. Ex: Primeiros Seres Humanos na Terra. Deslocamento da Humanidade pelo Planeta, História do Brasil, etc.

A Questão 11. Na escola existem filmes que abordem a diversidade racial e cultural ente as pessoas? Quais filmes existem na escola? Você já trabalhou com alguns desses materiais? Em caso afirmativo, com quais destes filmes você trabalhou?

Citaram somente 5 filmes assistidos na escola. O menino Nito e Menina Bonita do Laço de Fita, A princesa e o Sapo, Lili, a rainha das escolhas e Mulan.

A Questão 12. Quais outras reflexões, ideias, propostas, críticas e sugestões você gostaria de registrar no sentido de contribuir para o desenvolvimento dessa pesquisa?

A) É necessário envolvimento não só da instituição, mas dos demais profissional a fim de desenvolver o respeito e a igualdade do cidadão.

- B)** Não respondeu.
- C)** Eu acredito que o mais importante de que qualquer estudo ou formação é estar aberto para qualquer situação que vier a acontecer. Pois, informação, formação é muito válida quando colocada em prática.
- D)** Penso que não deveria dar tanta ênfase nesta área, pois todas as pessoas são iguais, então não se deve dar destaque a NINGUÉM.
- E)** Nós professores necessitamos de formação e nos interessamos pela temática “diversidade racial e cultural”. Para que possamos contribuir mais na nossa formação como profissionais e seres humanos. Conseqüentemente na formação dos nossos alunos/crianças.
- F)** Não respondeu.
- G)** Não respondeu.
- H)** Não respondeu.
- I)** Tema de total importância, nos fez refletir sobre nossa prática.

Ao olhar para trás e pensar minha prática, penso que a questão étnico-racial na escola passa por fases, processos de construção, desconstruções, paradas, continuidades. Isso não é a lei quem faz, mas a posição política de cada educador, cada gestor. A PBH vem à anos fomentando a discussão em formações para minoria. Precisamos correr atrás, sair do lugar. Inclusive, a PORTARIA SMED Nº 110/2014, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de estabelecer critérios para elaboração dos Projetos de Ações Pedagógicas (PAP); resolve em seu art. 7º - Consideram-se ações que podem compor os Projetos de Ação pedagógica: III. Formação docente, visando à implementação da Lei Federal nº 10.639/03.

Após a coleta dos dados, os mesmos serem descritos, analisados e interpretados, conclui que professoras de Educação Infantil, coordenadora e vice diretora pouco conhecem a Lei 10.639/03 que torna obrigatório nas escolas públicas e privadas da Educação Básica a inclusão da temática História da África e das culturas Afrobrasileiras, que são políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras.

Pretendo elaborar um plano de ação para intervenção pedagógica para implementar a Lei 10.639/03 na UMEI Lucas Monteiro Machado. Esta intervenção desenvolverá estratégias pedagógicas com crianças de 4 anos de idade que visem

colocar em prática uma educação pautada na valorização da diversidade cultural, na qualidade das relações étnico raciais e principalmente no combate ao racismo em nossa sociedade. A proposta de trabalho terá a literatura para nortear o trabalho a ser realizado, com contação de histórias, brincadeiras, teatro, e suas diversas linguagens. Espero além de alcançar o objetivo de implementar a lei, também oferecer subsídios para construção da identidade das crianças, numa perspectiva de respeito, valorização das diferenças e da diversidade, possibilitar que as crianças sintam-se orgulhosas em seu pertencimento étnico-racial.

6. CARACTERIZAÇÃO DA REGIONAL E DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Barreiro é a segunda região mais movimentada de Belo Horizonte, após o centro comercial da capital. Completou em 2013 seus 158 anos de idade, sendo mais antiga do que a própria cidade. São mais de nove mil empresas de comércio e prestação de serviços, bem como profissionais autônomos, indústrias de pequeno médio e grande porte, shopping e variadas instituições que dão um perfil de cidade à região, que dista 15 km do centro de Belo Horizonte, mas pertence a esse município.

Está ligado ao centro da cidade por diversas vias e bairros. As estações BHBUS Barreiro e Diamante polarizam o transporte coletivo da região.

A arrecadação do Distrito do Barreiro gera em cerca de 40% do Valor Adicional Fiscal (VAF) de Belo Horizonte, mostrando a importância dessa região a capital.

Com cerca de 300 mil habitantes, 90 mil domicílios, 54 bairros, caso fosse emancipado estaria entre as 8 maiores cidades de Minas Gerais.

A Vila Pinho é um bairro na região de Belo Horizonte no Barreiro. Próximo da Estação Diamante. Surgiu em 1987. Dizem que anteriormente o bairro era uma grande fazenda que pertencia a um homem que ao morrer sua esposa doou as terras para as pessoas que trabalhavam na mesma. Dessa forma o bairro cresceu e se desenvolveu até o que se sabe nos dias de hoje. Suas escolas são: Escola Municipal Lucas Monteiro Machado (CIAC), Escola Municipal da Vila Pinho e Escola Municipal Edith Pimenta da Veiga.

O bairro tem grandes eventos e construções valorizando os imóveis e a vida de cada morador. Tem um grande comércio em sua região central. Tem como suas ruas principais a Rua COLETORA e Avenida PERIMENTRAL que contém 90% das

lojas, o Parque Ecológico e muitas indústrias. Com um forte ponto comercial, o bairro se destaca pela grande variedade do comércio, tendo como supermercados, padarias e tudo o que um bairro decente precisa. A Vila Pinho é um bairro que tem crescido bastante em relação ao comércio e também a população.

6.1. Identificação da Instituição

- Nome: **UMEI Lucas Monteiro Machado**
- Entidade Mantenedora: PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
SMED Secretaria Municipal de Educação
- Endereço: Rua Otaviano de Carvalho nº 12 – Bairro Vila Pinho
CEP: 30.670-180 Telefone: 3.277-5869 email: umei.ciac@pbh.gov.br
- Data da Fundação da Escola Núcleo com turmas de Educação Infantil: Outubro de 1992
- Início do atendimento da UMEI: Fevereiro de 2010.
- Grupo Fundador: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte
- Motivação do grupo fundador: Atendimento à comunidade
- Sede da Instituição: Escola Municipal CIAC Lucas Monteiro – Escola Núcleo Rua Otaviano de Carvalho, nº 12 – Bairro Vila Pinho.
CEP 30.670.180 – Regional Barreiro



Figura 1: Foto Aérea da Escola. Fonte: <https://maps.google.com.br>

6.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos

O prédio da Escola Municipal CIAC Lucas Monteiro Machado tem uma estrutura diferenciada das convencionais, paredes e teto foram construídos com placas de cimento e é composto por 03 blocos:

- No 1º bloco, com 02 pavimentos, ficam as salas de aula, banheiros, salas de coordenação do Ensino Fundamental, cozinha, refeitório, depósito de merenda, material de limpeza e material pedagógico.
- No 2º bloco, com 01 pavimento, ficam a sala de professores, secretaria, direção, xerox salas de informática, sala do Caixa Escolar, laboratório de Ciências, auditório, sala de intervenção, biblioteca, sala de coordenação da Escola Integrada e sala de dança.
- No 3º bloco, com 01 pavimento, ficam as salas de aula e banheiros da UMEI Lucas Monteiro Machado, sala de professores, direção e coordenação, banheiros de funcionários, cozinha e refeitório.

Salas de aula: a UMEI conta com seis salas de aula, muito amplas facilitando bastante o trabalho na Educação Infantil, com múltiplas possibilidades de organização. Todas elas contam com solário. São equipadas com mesa, cadeira e armários para os professores, mobiliário compatível com a idade das crianças, ventilador, espelho, estantes onde ficam material coletivo, jogos, livros e brinquedos. A decoração fica a critério de cada professora. Duas das seis salas são equipadas com TV e DVD afixados na parede.

- Direção/Coordenação: Funcionam juntas em uma única sala. Nela encontram-se materiais para uso do professor, tais como, máquina fotográfica, filmadora, microfones, guilhotina, plastificadora, perfuradora, apostilas, e materiais de uso das professoras, diretora e coordenadora e ainda material de uso dos alunos tais como: durex, fita crepe, lápis de cor, guache, lantejoulas etc... Ainda conta com caixas de som, computador, impressora, quadro branco (usado como quadro de avisos), aparelho de telefone, arquivos contendo documentos da escola. Está equipada com ventilador.

-Sala das auxiliares de serviço: Funciona em um local improvisado e conta com um armário. O local é muito pequeno e serve de passagem (faz a ligação entre os blocos onde funcionam o ensino fundamental e o infantil).

- O depósito: é também um local improvisado onde são guardados produtos de limpeza, colchões, velotrol, brinquedos de uso coletivo tais como bambolês, cozinhas, mesa de mecânico e etc...
- Sala dos professores: Equipada com computador, mesa ampla, cadeiras e baús onde ficam guardados fantasias, brinquedos de uso na quadra, roupa de cama e banho para uso das crianças, armários (escaninho) para todas as professoras, auxiliar de inclusão e coordenadora.
- Refeitório: Amplo com mobiliário compatível a idade das crianças. Equipado com self-service.
- Cozinha: é ampla, arejada e está devidamente equipado com fogão e forno industrial, forno elétrico, eletrodomésticos industriais, balança, geladeira, pia tanque e vasilhames. Conta ainda com uma pequena área de serviço que fica atrás da cozinha .
- Banheiros: dois para adulto masculino e feminino. Banheiro todo adaptado para uso das crianças que conta com chuveiro.
- Contamos ainda com espaço aberto onde ficam os brinquedos de plástico, espaço coberto, parquinho com brinquedos de ferro e um campo.

6.3. As dimensões do Contexto Sociocultural

A comunidade em que a UMEI está inserida é composta por famílias com os pais na faixa etária entre 20 e 30 anos. Uma grande parte das crianças mora com os pais, outra parte mora apenas com a mãe. A maioria das crianças tem pelo menos um irmão. São famílias numerosas, com os parentes morando no mesmo lote ou na região.

A maioria das famílias faz acompanhamento médico no posto de saúde mais próximo de sua residência. As moradias são próprias, com luz elétrica, água encanada, rede de esgoto e o lixo é coletado.

Quanto ao grau de instrução dos pais, grande parte concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio, poucos estudaram até o quinto ano. Quanto ao trabalho profissional, a maioria das famílias está empregada, com renda de até dois salários mínimos, predominando as profissões em serviços gerais.

As religiões que predominam são a católica e evangélica. Alguns não possuem religião.

Como forma de lazer, as crianças freqüentam o Parque Ecológico da Vila Pinho, próximo à UMEI, casa de parentes ou shopping do Barreiro.

De acordo com a opinião dos pais (Ficha individual da criança), a Educação Infantil tem, entre outros, o objetivo de preparar a criança para o ensino fundamental, incluindo o desenvolvimento de suas habilidades essenciais.

Acreditam também que é função da escola atender às necessidades de guarda, proteção, higiene e alimentação. Procuraram atendimento na UMEI pela proximidade e pelas boas referências que obtiveram.

O índice de satisfação dos pais com o trabalho desenvolvido na UMEI é de 99%, de acordo com pesquisa realizada com a comunidade numa roda de pais, em outubro de 2011, na qual foi realizada uma dinâmica com a Psicóloga Cátia, com tema “Cuidando do Coração de Quem Cuida ” que foi aprovado por todos pais presentes que se envolveram na realização da dinâmica.

Nas avaliações realizadas no final de cada ano, percebemos que as famílias continuam satisfeitas com o trabalho desenvolvido na UMEI. A maioria considera a UMEI ótima, as professoras carinhosas, dedicadas e gostam do trabalho de integração e adaptação realizado com as crianças.

Quanto às relações das famílias com a escola podemos dizer que a eficácia na ação pedagógica exige afetividade, criatividade, respeito, ética, justiça, diálogo, solidariedade nas relações estabelecidas na comunidade escolar, demonstradas por meio da prática, uma vez que ambas partilham de igual importância para o desenvolvimento da criança num trabalho cooperativo com os demais membros da UMEI em um ambiente facilitador de criação e descoberta.

Para tal, realizamos oficinas com os pais, reuniões periódicas com as famílias e desenvolvemos projetos específicos. As famílias têm a entrada permitida na instituição, sendo recebida pela coordenação ou direção; é convidada a participar dos eventos e atividades que a UMEI realiza, tais como, Festa Junina, Festa da Família, apresentações das crianças, nas Rodas de Pais – projeto que tem como intenção pedagógica a interação família/UMEI.

Sempre que os pais sentirem necessidade de dialogar com a UMEI, é feito o atendimento através da coordenação pedagógica ou agendamos para melhor organização do tempo escolar junto aos professores ou gestor.

No diálogo com as famílias buscamos relatar os avanços e dificuldades das crianças visando favorecer ampliação de seus saberes e conhecimentos de diversas naturezas.

6.4. A UMEI Lucas Monteiro Machado



Figura 2: Foto da UMEI Lucas Monteiro Machado. Fonte: Arquivo Pessoal

A UMEI Lucas Monteiro Machado tem capacidade para atender 260 crianças na faixa etária de 3 a 5 anos, em período parcial. Atualmente estão matriculadas 60 crianças nas turmas de 3 anos, 90 crianças nas turmas de 4 anos e 113 crianças nas turmas de 5 anos, num total de 263 crianças, divididas em dois turnos: Manhã, de 7 às 11:30 e Tarde, de 13 às 17:30.

Acreditamos que a UMEI pode e deve ser um espaço onde a educação se realize de modo prazeroso e lúdico. Onde as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e cantos, as múltiplas formas de comunicação, expressão, criação e movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências que exigem o conhecimento dos limites e alcances das ações de crianças e adultos estejam contemplados promovendo o desenvolvimento e a formação ampla da criança e da comunidade onde está inserido. “São relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam num sentido mais amplo, num determinado momento histórico”. (Dayrell, 1992, p2)

Desta forma, o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo. Esta abordagem permite ampliar a análise educacional na medida em que busca apreender os processos reais cotidianos que ocorrem no interior da UMEI como uma instituição dinâmica, ao mesmo tempo em que resgata o papel ativo dos sujeitos na vida, num constante processo de construção social.

A família é o primeiro grupo social em que a criança convive. É na relação do espaço familiar que a criança inicia a construção de conhecimentos sobre a língua que se fala, usos e costumes, regras de comportamento e convivência em sociedade.

A UMEI deve possibilitar o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança, além de promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos e também o desenvolvimento de suas habilidades essenciais.

O processo de conhecimentos produzido pela escola vem recebendo diversas influências das correntes filosóficas que procuram analisar e interpretar o efeito da ação da escola sobre o homem, sobre a sociedade e sobre o mundo.

É importante que todos na UMEI se conscientizem da relevância dessa instituição na vida de todo ser humano. Ela, muitas vezes torna-se responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem da criança, por isso deve ser preocupação de todos os profissionais envolvidos com a educação, oportunizando às crianças vivenciarem uma experiência bem-sucedida. A UMEI que cumpre sua função social é respeitada pela comunidade, que por sua vez a preserva.

Ao definir os **objetivos e fins** a serem alcançados junto aos professores e às crianças de 3 a 5 anos de idade atendidas nesta instituição, esperamos que:

- A equipe de professoras conheça com maior profundidade o processo de desenvolvimento infantil a fim de identificarem, nas crianças, uma referência cada vez mais coerente com sua ação educativa;
- As crianças estejam envolvidas em atividades que as permitam construir, experimentar, representar, verbalizar, expressar e, sobretudo, participar do processo educativo como interlocutores diretos e não como meros executores do trabalho organizado apenas pela equipe de professores;
- A ação educativa possibilite a construção de cada criança na sua individualidade e enquanto sujeito sociocultural mais ampliado;

- Os espaços/tempos pedagógicos privilegiem momentos de interação mais diversificados e intencionalmente pensados, no sentido de promover socialização das crianças e de seus pares de idade, numa qualidade interativa, desenvolvendo os aspectos cognitivo, cultural, físico, afetivo e social;
- As atividades promovidas levem em conta a necessidade de expressão verbal em vários momentos do dia, assim como outras formas de comunicação/expressão que não necessariamente a oral: linguagem corporal, plástica visual, o brincar e outras; ● A exploração em espaços amplos, esteja prevista não apenas como necessidade das crianças mas como meio interativo com seu próprio corpo, com o uso do seu “contexto”, sua manifestação mais livre.
- Seja garantida a igualdade de tratamento, do respeito as diferenças, da qualidade do atendimento e da liberdade de expressão.

6.5. Concepção de Criança

De acordo com o art. 4º da Resolução CNE/ 052009, *in verbis*: “Art. 4º As propostas pedagógicas de Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia , constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.”

A criança como um ser social, situada histórica e culturalmente, deve ser considerada na sua totalidade estabelecendo relações com o meio, com os outros e com seus pares, interagindo e confrontando-se. Ao mesmo tempo, as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, portanto deve-se levar em consideração também sua especificidade.

Hoje, em decorrência de fatores como inserção da mulher no mercado de trabalho, reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento cognitivo, linguístico, sócio emocional e psicomotor, a criança passa a frequentar cada vez mais cedo, as instituições que atendem à Educação Infantil. Ali acontece a socialização e a interação criança/criança, criança/professor, criança/UMEI, UMEI/família.

As crianças da UMEI Lucas Monteiro Machado na grande maioria gostam de participar das atividades propostas, têm uma boa interação entre si e com os outros e são solidárias. Expressam-se com desenvoltura e posicionam-se de forma crítica e autônoma em diversos momentos e atividades tais como atividades de rodinha, relatando fatos do cotidiano.

Nossas crianças são capazes e aptas a desenvolverem atividades relacionadas com o brincar. “A criança é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas” (RECNEEI). Durante o seu desenvolvimento utilizando os vínculos que estabelece com as pessoas e com o meio, é que acontece a aprendizagem.

Os recursos mais utilizados pela criança, para enriquecer esse processo, são: a imitação, o faz-de-conta, a linguagem e a apropriação da imagem corporal; nas interações estabelecidas com as outras crianças e adultos, na imitação/repetição, da exploração/experimentação, do brincar, da afetividade/aconchego e dos cuidados básicos de saúde, alimentação, higiene e segurança.

Aspectos como esses, fortalecem decisivamente a formação pessoal e social dessa criança, que na fragilidade física e emocional dos primeiros anos busca entender, compreender e participar desse universo que a cerca. “A essência da autonomia é que as crianças se tornem aptas a tomar decisões por si mesmas.” (CostanceKamii)

6.6. Concepção de Currículo

De acordo com o art. 3º da Resolução CNE/ 052009, *in verbis*: “ Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.”

No decorrer do desenvolvimento infantil, diversos aspectos de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, de relação interpessoal e de inserção social favorecem nas crianças os primeiros ensaios necessários para a compreensão das pessoas e do meio em que vivem.

As relações que a criança estabelece com o conhecimento são frutos das interações socioculturais que dão origem à construção das diferentes linguagens. A UMEI deve proporcionar situações que favoreçam o processo de construção, reelaboração e ressignificação do conhecimento, considerando os interesses, as necessidades e as particularidades da criança, a fim de que ela possa participar das decisões a seu respeito, identificando-se como um sujeito atuante e reconhecido como tal. Esse âmbito de experiência refere-se à construção de uma visão de mundo, as relações com a natureza e com o corpo em diferentes culturas, apresentadas de diferentes formas, em diferentes momentos, e objetiva explorar o potencial criativo e espontâneo da criança.

O currículo da UMEI Lucas Monteiro Machado está baseado nas Proposições Curriculares para Educação Infantil da Rede Municipal de Belo Horizonte com eixo de trabalho. Partindo do princípio de que a Instituição da Educação Infantil é vista hoje como um espaço educativo que promove a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, trabalhamos dentro da concepção sócio interacionista, e na organização da proposta curricular as dimensões de cuidar e educar são tratadas como processo indissociáveis. Fazem parte desse âmbito os eixos de trabalho: construção de atitudes e valores, a construção do conhecimento mediante interações estabelecidas com a cultura a natureza e a sociedade, ou seja, com o mundo físico e social e a apropriação de múltiplas linguagens (oral, escrita, musical, corporal, plástica, digital, como forma de expressão e a matemática) e o brincar.

6.7. Estrutura Organizacional

6.7.1. Parâmetro de organização das crianças:

A nossa UMEI tem capacidade para 260 crianças, agrupadas por idade, na faixa etária de 3 anos, 4 anos e 5 anos. As turmas de 3 anos e 4 anos são compostas por 20 crianças em cada turma, as turmas de 5 anos são compostas por 25 crianças em cada turma. Sendo um professor referência para cada turma. As turmas contam também com um professor de apoio.

6.7.2. Organização dos tempos:

As decisões quanto ao calendário seguem as orientações da SMED. Os dias escolares são destinados à formação e reunião de professores. Outra finalidade é a de reunir os dois turnos da UMEI e ou reunirmos com a escola núcleo e funcionários para socialização de vários problemas e ou realização de momentos de estudo para o enriquecimento e atualização dos professores, troca de experiências, cursos, oficinas, palestras, visando o aprimoramento pedagógico de todos envolvidos no processo educativo.

Durante as reuniões pedagógicas remuneradas que acontecem mensalmente fora do horário de trabalho, são abordados vários assuntos pedagógicos e administrativos, como organização de projetos, atendendo à demanda das crianças. Também destinamos o tempo à formação dos professores com estudo das Proposições Curriculares para Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e Proposta Político Pedagógica da UMEI.

No decorrer do ano letivo, são realizadas de três a quatro reuniões de pais e sempre há um contato do professor com a família através de bilhetes informativos ou solicitações particulares para um maior acompanhamento a casos individuais. Nas reuniões de pais, as professoras relatam o desenvolvimento da criança. Os relatos também são registrados no diário de turma.

Periodicamente, acontece a Roda de Pais, um projeto previsto no PAPProjeto de Ação Pedagógica, que visa efetivar a integração família UMEI. É também o momento de apresentação das crianças e abordagem de temas de interesse dos pais. Também está incluído no nosso calendário escolar, a festa da Família e festa Junina/Julina.

O atendimento às crianças é feito durante 200 dias letivos anuais, num total de 800 horas, em período parcial, sendo o funcionamento do turno da manhã de 7 às 11:30 e do turno da tarde, de 13 às 17:30.

A organização do quadro de turma, inscrição e matrícula das crianças da faixa etária de até 5 anos da UMEI Lucas Monteiro Machado segue as orientações da Secretaria Municipal de Educação, respeitando a recomendação do CME/BH, sobre a razão adulto/criança – que poderá ser excedido em até 2 (duas) crianças por turma em função do atendimento ao direito prioritário da criança com deficiência ou sob Medida de Proteção. Recomenda-se, no caso da criança com deficiência, não ultrapassar o percentual de 16% por turma – área das salas de aula de, no mínimo,

um metro quadrado por criança atendida, às especificidades da proposta pedagógica, às condições do espaço físico, as características das crianças e os dados de demanda por atendimento da comunidade.

Todo processo de admissão das crianças e disponibilização das vagas é acompanhado pelo NIR (Núcleo Intersectorial Regional) que é o responsável pela comprovação dos critérios de vulnerabilidade, critério essencial para prioridade de vagas.

A inscrição, classificação, sorteio e divulgação do resultado, admissão das crianças e disponibilização de vagas nas instituições da Rede Pública Municipal é realizada pela Secretaria Escolar da Instituição seguindo orientações da portaria da SMED sobre processo.

Toda a organização e divulgação do processo de inscrição é de responsabilidade das instituições que atendem a Educação Infantil em parceria com a Gerência Regional de Educação através da equipe de Acompanhamento à Educação Infantil.

6.7.3. A organização do cotidiano escolar:

A rotina tem a função de auxiliar a criança a compreender o tempo e a se apropriar do espaço e do conteúdo. Não devemos pensar em rotina apenas para as crianças, mas para todos. Adultos e crianças devem ter uma rotina de trabalho estruturada no movimento geral da UMEI. A UMEI é um ambiente dinâmico, vivo e desafiador. Faz parte da nossa tarefa de professores e aprendizes rever sempre nossas ações, questionando, problematizando e estruturando a rotina. Ela deve ser flexível de acordo com os acontecimentos.

A definição da ordem em que acontecem as atividades e do tempo necessário para realizá-las deve fazer parte de uma combinação entre a professora e a turma e ser revista sempre que necessário. A estruturação e compreensão da rotina é importante, pois se efetuará através da familiaridade progressiva com o ambiente escolar e as possibilidades que ele oferece, sabendo de antemão o que irá acontecer desde o início até o término da aula. A criança vai se tornando progressivamente mais independente da professora, podendo agir com mais liberdade e autonomia, obedecendo regras claras combinadas junto com as outras crianças de forma afetiva e construtiva.

Para que a criança compreenda o tempo é importante que haja regularidade e constância na rotina e que a criança seja informada no final de cada tempo sobre a atividade que vem a seguir. Crianças menores têm um tempo menor de concentração. Portanto, a duração das atividades deve ser considerada no momento do planejamento. O planejamento das atividades e a divisão das responsabilidades devem contar com a participação das crianças para que elas possam se sentir valorizadas.

A organização do ambiente deve refletir o ritmo da turma. Os materiais de uso da criança devem estar ao seu alcance, para que ela própria possa ajudar na distribuição e na organização da sala para a próxima atividade.

Ao final do horário é importante que seja realizada uma avaliação reflexiva das atividades do dia, reorganizando as atividades para o dia seguinte.

6.7.4. Dinâmicas do cotidiano escolar:

– 7h / 13h – Início das aulas, respectivamente no 1º e 2º turnos. Os pais ou responsáveis trazem a criança até a portaria da UMEI e caso haja necessidade, eles entram para conversar com a professora, coordenadora ou até mesmo para acompanhar a criança até a sala. As crianças são recebidas pelo porteiro e ou coordenadora e se dirigem para as salas onde as professoras estão à sua espera.

– Café da manhã / lanche da tarde – é servido após a entrada das crianças, respectivamente entre 7:15 e 7:30 / 13:15 e 13:30.

– Rodinha – após o café da manhã / lanche da tarde. É um momento de socialização, troca de novidades, escolha do ajudante, contagem dos coleguinhas presentes e ausentes, reconhecimento dos colegas através dos nomes (crachás), organização do dia e trabalho com o calendário, hora da música e hora da história, com dramatização, reconto, mímica, fantoches, interpretação oral.

– Após a rodinha, acontecerão atividades diversas seguindo o planejamento prévio da professora. O planejamento é flexível, considerando a idade, o tempo de concentração das crianças, os acontecimentos do dia, os projetos a serem desenvolvidos, as capacidades e habilidades que serão trabalhadas, as múltiplas linguagens, incluindo o brincar: momento de exploração do lúdico e de socialização, trabalhando também hábitos de conservação do material e integração das crianças, com brincadeiras livres ou dirigidas.

– 10h / 16h – almoço / jantar – neste momento a importância dos hábitos de higiene antes das refeições, a necessidade dos alimentos para a saúde, hábitos de mastigação, e a questão do desperdício de alimentos, que deve ser evitado.

– 11:20 / 17:20 – saída das crianças. Os pais ou responsáveis buscam as crianças na porta da sala de aula, apresentando um cartão confeccionado pela UMEI que identifica a criança. Todo início de semestre letivo, a UMEI Lucas Monteiro Machado se prepara para oferecer à criança um ambiente acolhedor, favorecendo à adaptação da rotina escolar e para que a criança se sinta segura. Nos dois primeiros dias do ano letivo, as crianças novatas ou aquelas que necessitarem poderão ter o horário de saída flexibilizado em até 2 horas, conforme ofício com orientações da SMED.

7. OBJETIVO GERAL

Promover reflexões sobre a Lei 10.639/03, divulgar, produzir conhecimento, bem como desenvolver atitudes, posturas e valores para formação de professores quanto à diversidade étnico-racial, valorização da identidade afro descendente e reconhecimento da contribuição dos negros para formação do povo brasileiro.

7.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implementar ações pedagógicas que contemplem a prática da Lei 10.639/03 com intenção de contribuir para a formação de professores;
- Introduzir reflexões que valorize e reconheça a cultura africana como formadora do povo brasileiro;
- Organizar e promover encontros com professores, buscando reflexões e sensibilização sobre racismo, discriminação, mito da democracia racial, identidade étnico-racial, valorização do negro na sociedade brasileira;
- Discutir e refletir a construção de identidades étnico-raciais positivas das crianças pequenas.

8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro, Rosa Margarida traz inúmeras indagações e discussões acerca de como a diversidade é difundida na sociedade e, conseqüentemente, na escola enquanto espaço educativo. A sociedade brasileira é repleta de concepções historicamente constituídas, na qual as diferenças encontram-se presentes e são perceptivas, porém muitas vezes ignoradas, silenciadas ou concebidas de forma preconceituosa.

Para ela, faz-se necessário o desenvolvimento da verdadeira história do povo negro no Brasil para tirar do anonimato fatos históricos referente à contribuição dos africanos para formação do povo brasileiro. O negro não veio para o Brasil por vontade própria, ele foi trazido para ser escravizado. Em nosso país não existem leis segregacionistas, nem conflitos públicos de violência racial, encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo promove a exclusão sistemática dos negros da educação, cultura, mercado de trabalho e meios de comunicação.

O negro é discriminado duplamente, porque é negro e porque é pobre. Por este pertencimento racial, o indivíduo é impedido de muitas oportunidades de ascensão na sociedade. A exclusão social da população negra é fruto de uma estratégia política empreendida pela elite racista, bem antes da abolição da escravatura. A socialização do negro se efetiva em um ambiente conflituoso e adverso, por causa da ideologia de inferioridade atribuída a ele. Essa ideologia faz com que, muitas vezes, também o negro seja levado a construir uma imagem negativa de si, introjetando e reproduzindo os estereótipos e preconceitos que a sociedade racista lhe impõe. As pressões sofridas por esse segmento dificultam a construção de sua autoestima e a assunção positiva de suas raízes étnicas, o que faz, da mesma forma procurar alcançar o ideal preconizador por toda a sociedade: o branqueamento.

É um erro afirmar a inexistência do racismo no Brasil pelo destaque de alguns negros no esporte, na música e na televisão. Não podemos esquecer que eles representam a minoria. A maioria do povo negro ainda se encontra em situação de exclusão e de opressão; seu insucesso deve ser creditado a essa condição, confirmada através das estatísticas que comprovam o racismo em nossa sociedade.

Racismo é crime. Está na Constituição, por meio da Lei 7.716, de 1989:

“A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei.” Art. 1º “Serão proibidos, na forma da lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Esta lei substitui a “Afonso Arinos”, de 1951, primeira lei antirracismo do Brasil.

O negro sempre se posicionou diante da situação de opressão a que foi sempre submetido, ao contrário, a população negra, em sua trajetória, optou por se organizar e se manifestar, por variadas formas de expressão: Jornal O Clarim da Alvorada (1929) e a Voz da Raça; Frente Negra Brasileira (1931); Teatro Experimental do Negro (1944; Centro de Cultura e Arte negra (1969). Estas foram às primeiras manifestações do século XX, mas muitas outras foram surgindo, principalmente a partir da década de 70. Hoje, temos um expressivo número de organizações negras, com suas atenções voltadas para área do direito humano, trabalho, gênero, educação, política, mas, todos direcionados para um único objetivo: combater o racismo no Brasil.

A luta pelo reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes perante a sociedade só havia começado nos anos 50, mas foi em meio a um período conturbado de nossa política que os movimentos negros ressurgiram. Em 1978, as reivindicações das entidades negras foram várias, dentre elas podemos citar: contra o racismo, pela cultura negra, educação, trabalho, pelo respeito à mulher negra e por uma política internacional. Nos anos 80, quando ocorreu um grande processo de redemocratização do país, greves de professores e demais trabalhadores, as lutas pelo voto direto, sobretudo, a luta pela liberdade, ocorreram reformulações dos currículos escolares na maioria dos Estados brasileiros. As reivindicações dos movimentos negros na esfera educacional ganharam forças, e algumas iniciativas na política foram tomadas em alguns Estados (Bahia, 1989; Belo Horizonte, 1990; Porto Alegre, 1991; Belém e Aracaju, 1994) para que o ensino pudesse contribuir para a difusão da história e da cultura afrobrasileira. E em 1995 em Brasília ocorreu um dos eventos mais importantes para as entidades negras brasileiras. “A marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida. Em 1996, iniciou-se uma nova política educacional, nesse momento aprovou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que prevê o processo de unificação curricular e de avaliações nacionais. Em 1997, o governo publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como uma série de medidas que produziram diversas mudanças na educação brasileira. A LDB prevê:

Art. 26 – Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Parágrafo 4º - o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias.

A partir das mudanças que ocorreram na sociedade, e conseqüentemente na política educacional do Brasil, algumas das reivindicações dos movimentos negros foram atendidas, gerando uma série de medidas que levou o Estado brasileiro, através das iniciativas públicas a sancionar medidas que levariam a criação da Lei 10.639/03.

A lei é fruto de uma intensa discussão em uma sociedade que ainda caminha para mudanças que de fato abrangem setores da sociedade até então pouco privilegiado, e que o ensino de história permitam pensarmos a sociedade brasileira multiétnica e diversificada.

Cabe aos setores de educação, a aplicação da lei, para que na construção da identidade dos novos cidadãos brasileiros os elementos da cultura afro sejam parte constituidora da identidade desses indivíduos. O principal objetivo para inserção da lei é o de divulgar e reproduzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quando à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram e contribuem para formação da identidade cultural brasileira. Entretanto, os professores, que em sua formação também não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas influências para formação da identidade do nosso país, entram em conflito quanto à melhor maneira de trabalhar essa temática na escola, principalmente na Educação Infantil. A sociedade brasileira ainda reforça uma ideologia de inferioridade em relação aos negros, mesmo a despeito de este segmento representar grande parte da população. Esta prática racista elegeu um padrão europeu de cultura, beleza e estética, negando e inferiorizando o grupo negro.

As experiências negativas vivenciadas pelas crianças negras nesse modelo de sociedade discriminatória fazem com que elas sejam levadas a construir negativamente imagens sobre si próprias, desenvolvendo uma baixa autoestima e rejeição de suas raízes étnicas. Dessa forma conflituosa e adversa que a

socialização da criança negra vai se construindo e se efetivando, à medida que se intensificam as suas relações com o outro, sua interação com seus pares na escola e com seus professores. Portanto, quando a criança negra chega à escola, ela traz consigo uma série de indagações em relação ao seu pertencimento racial, a que a escola irá responder de forma favorável ou não, através de suas práticas pedagógicas, atitudes, posicionamentos e até mesmo de seus silêncios. É fundamental tratar a questão racial no cotidiano escolar com reconhecimento e valorização das contribuições reais do povo negro à nação brasileira. E as situações de desigualdades deverão ser ponto de reflexão para todos e não somente para o grupo discriminado.

De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais “O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar conhecer a riqueza representada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.” Existe uma imensa diversidade no mundo, inclusive, na sala de aula, que está tão perto de nós professores. É importante trabalhar a diversidade diariamente construindo identidades raciais e de gênero positivas, e também, estimular o respeito às diferenças. Para que as crianças pequenas saibam lidar com a diferença, com a diversidade, é imprescindível que a questão não seja tratada como conteúdo específico e sim abordada naturalmente, inserindo o tema em práticas diárias, como brincadeiras, leitura, música, histórias, etc. O trabalho de educação antirracista deve começar cedo, na educação infantil, onde o primeiro desafio é produzir o entendimento da identidade de equidade racial, devendo estar focada na diversidade cultural e étnica, no fortalecimento da identidade dos descendentes afro brasileiros, para que as crianças brancas ou negras se vejam como semelhantes.

De acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) a população brasileira compõe-se de aproximadamente 45% de negros. Diante disso, a sociedade necessita de políticas públicas que possibilitem a inclusão desses sujeitos, passando pela escola, uma vez que a mesma é a instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, sem esquecer que é obrigação do Estado garantir iguais direitos para pleno desenvolvimento de todos enquanto pessoas. A população negra tem diferenças de escolaridades em relação aos brancos e apresentam taxas mais altas de desemprego em todo país.

Desde o final dos anos 70 o movimento negro vem denunciando esta situação, esses fatores tem provocado uma efetiva modificação na inserção da população negra nas estruturas de poder e riqueza da sociedade. Com a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira seja aberto um precedente para voltar às atenções às questões étnico-raciais e adotar políticas públicas que possibilitem a inclusão dos negros com dignidade, rompendo com o modelo eurocêntrico no ensino e na construção de uma educação multicultural na escola. A implementação da Lei 10.639/03 contribui para a valorização, reconhecimento, afirmação de direitos da cultura Afrobrasileira, evidenciando os estudos da História da África e dos Africanos e destruindo mitos e estereótipos racistas e eurocêntricos acerca dos Afrodescendentes e da África.

Nos últimos anos, o Brasil tem vivido intensas transformações para as questões étnico-raciais como forma de reconhecimento e enfretamento das desigualdades. A participação do movimento negro, as mudanças na agenda do governo em todas as esferas e a participação do Brasil como signatário de importantes acordos e tratados internacionais, são fatores que se destacam nesse processo. As ações afirmativas são possibilidades reais de superação desse processo desigual, autoritário e racista que fundamentou a política pública em nosso país. No caso específico das políticas étnico-raciais, os negros precisam se apresentar como agentes proativos nos espaços de planejamento, elaboração e decisão das políticas públicas.

Nilma Lino Gomes em seu artigo “Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 e suas respectivas formas de regulamentação” vinculam-se à garantia do direito à educação. Segundo ela, a Lei Federal 10.639/03 que foi aprovada em março de 2003, torna obrigatório o ensino da História e Cultura Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, e suas respectivas formas de regulamentação vinculam-se à garantia do direito à educação. Elas requalificam incluindo neste o direito à diferença. A sua efetivação como política pública em educação percorre um trajeto complexo e inicial. A sua permanência dependerá da mobilização da sociedade civil para que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido em todos os segmentos da educação. A lei são políticas de ação afirmativas voltada para a valorização da identidade, da memória e da cultura negra. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a

inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no plano da Educação, no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos planos estaduais e municipais e curriculares de forma mais contundentes.

De acordo com Gomes, a Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais são fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado. Uma política voltada para a diversidade étnico-racial precisa reconhecer e dialogar com as lutas históricas da população negra. Uma luta que pode ser considerada repleta de iniciativas e práticas afirmativas, antecessoras e inspiradoras da atual demanda por políticas de ação afirmativa realizada pelo movimento negro nos dias atuais e, aos poucos, implementadas pelo Estado. Uma análise da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos legais terá que avaliar em que medida ela contribui para a compreensão da diversidade étnico-racial não só no âmbito educacional, mas também como uma questão política que se ramifica no conjunto de padrões de poder, de trabalho, de conhecimento, de classificação e hierarquização social e racial em nossa sociedade. Uma das questões a ser analisada é a articulação da Lei 10.639/03 com o conjunto de políticas de Estado voltadas para a diversidade étnico-racial. Assim, o conjunto de direitos negados à população negra exige o dever do Estado no reconhecimento e legitimação da questão racial nas políticas públicas das áreas de educação, da saúde, gênero, dentre outros.

Lino faz uma trajetória a partir do século XIX até a sanção da Lei 10.639/03, demonstrando a luta do movimento negro para reivindicação e busca de seus direitos como cidadãos. A não ser contemplada pelas políticas públicas diante da necessidade e da demanda pelo saber, a população negra o século XIX, no período do império e na primeira metade do século XX realiza um esforço específico rumo à própria escolarização, criando várias escolas e cursos. No plano educacional, o final dos anos 40 e os anos 50 são marcados por intensos debates sobre a escola pública e, ao mesmo tempo por uma intensa ação política do movimento negro. A questão racial na educação nos anos 60 a 64 carece mais estudos. Sabe-se, que este foi um período muito importante para a produção de políticas da educação de jovens e adultos. Após instauração da ditadura militar em 1964 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da época – Lei 5692/71 – a questão racial (vista como condenação do tratamento desigual devido à raça) perde lugar no debate sobre os princípios que regem a educação nacional. É importante destacar a efervescência do movimento negro durante a ditadura.

As organizações negras brasileira nos anos 60 e 70 demandam respostas do Estado para as Questões de ordem nacional e educacional. Não mais escolas mantidas pela própria comunidade negra e nem o processo de inserção subalterna devido à omissão do próprio Estado, mas sim a garantia do direito da população negra à escola pública.

Com o fim da ditadura e a partir dos anos 80 surgiu um outro perfil de organização negra que atua de forma direta na denúncia ao racismo presente na sociedade brasileira. O movimento negro denuncia publicamente o racismo e o mito da democracia racial e a sua presença na estrutura do governo e na realidade escolar.

Começa a despontar um novo perfil de intelectual negro que tematiza as relações raciais. Ao constatar que as políticas públicas em educação de caráter universalista, instituídas pós-ditadura, não atendiam a grande massa da população negra e não se comprometiam com o combate ao racismo, o discurso e as reivindicações do movimento negro começam a mudar. E nesse momento que as ações afirmativas, com forte inspiração nas lutas dos negros norte-americanos, passam a se configurar como uma possibilidade e uma demanda política real, transformando-se no final dos 90 e no século seguinte em intervenções concretas. Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para valorização da população negra, e em 1995/96 foram elaborados os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, na qual as questões da diversidade foram contempladas ainda dentro de uma perspectiva universalista da educação.

Em 2000 o quadro sofre mudanças significativas, as políticas de ação afirmativas passam a fazer parte do compromisso assumido internacionalmente pelo Estado brasileiro na 3ª Conferencia Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.

No contexto dos acordos internacionais e pressões internas do movimento negro pela adoção de políticas públicas de ação afirmativa e de combate ao racismo antes e pós-Durban é sancionada a Lei 10.639 em janeiro de 2003, alterando a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mesmo antes da Lei 10.639 ter sido sancionada, várias legislações semelhantes foram aprovadas em

diferentes regiões do país, no entanto, não se pode dizer que as mesmas se efetivaram ou induziram políticas públicas. A mobilização para a Conferência de Durban pode ser entendida como um dos momentos mais expressivos da participação dos movimentos sociais e de setores no interior do Estado para inserir a diversidade étnico-racial na agenda política nacional e ampliar as condições para que as ações e programas voltados para a superação das desigualdades raciais fossem implementados no país. O Brasil, assim como os demais países presentes na Conferência, é signatário da Declaração e Programas de ação de Durban que explicitam o acordo e o compromisso do Estado em combater o racismo, a xenofobia e formas correlatas de discriminações e o papel importante da educação nesse processo.

A educação, incluindo ações afirmativas como medidas de reparação e promoção da igualdade racial, ocupa lugar importante no Plano. A aprovação da Lei 10.639/03, das diretrizes curriculares nacionais e da resolução CNE/CP 01 de 2004 se articulam com vários pontos do documento, portando, os limites e avanços da implementação desta legislação, no Brasil, estão relacionados aos desafios colocados para o Estado no cumprimento das recomendações do referido Plano. A educação segue como preocupação em outros fóruns internacionais e regionais realizados após a Conferência de Durban. Ressalta-se que o racismo, a discriminação racial e outras formas de discriminações ainda se manifestam em vários segmentos da sociedade brasileira mesmo com várias legislações sendo implementadas.

A análise do contexto de mobilização política e social no qual se insere a aprovação da Lei 10639/03 deve considerar ainda mais um aspecto: a presença, pela primeira vez, de uma intelectual e ativista do movimento Negro na composição do Conselho Nacional de Educação, indicada pelo movimento negro ao Presidente da República e ao Ministério da Educação. A professora Doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva passou a ocupar a função de conselheira junto à Câmara de Educação Superior no ano de 2002 sendo responsável pela elaboração do Parecer CNE/CP 3/2004 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana instituído pela CNE/CP 1/2004. A aprovação unânime do voto da relatora em reunião do Conselho Pleno no dia 10 de março de 2004, após longa discussão e debate, demonstra o reconhecimento do Conselho Nacional de

Educação da necessidade de enraizamento da diversidade étnico-racial nas políticas em educação no Brasil.

O trabalho desafiador do MEC de implementação da Lei 10.639/03, das suas Diretrizes Curriculares Nacionais e da Resolução CNE/CP 1/2004 em nível nacional está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). No campo da educação, várias ações antirracista foram realizadas por esta secretaria para possibilitar uma melhor visão do processo de consolidação da Lei 10.639/03 no contexto da política educacional. Dentre elas: Programa Diversidade na Universidade; Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros – CADARA; UNIAFRO – Programa de Ações Afirmativas para População Negra as Instituições Públicas de Educação Superior; Ações de Formação Continuada de Professores; Ações das outras secretarias do MEC na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Pesquisas sobre a Diversidade nas escolas e a implementação da Lei 10.639/03; Diálogos regionais e o Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para História e Cultura afro-brasileira e africana; dentre outras.

De acordo com GOMES “faz-se necessário que seja mantido o constante debate com os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil, em nível nacional. A implementação da Lei 10.639/03 pode ser vista como o desafio de uma política de uma política em educação que carrega consigo a tarefa de reeducar o próprio Estado, os sistemas de ensino, as universidades, as escolas e os sujeitos da educação na sua relação com a diversidade étnico-racial.”

Sendo assim, o cumprimento da Lei 10.639/03 ainda não teve sua consolidação em termos de efetividade na prática pedagógica e até mesmo enquanto política pública no Brasil. Existe a necessidade em superar desafios existentes na efetivação da Lei para que cada vez mais escolas públicas e privadas trabalhem esta temática, de forma contínua e não somente no Dia Nacional da Consciência Negra, como tem ocorrido com frequência.

9. DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

9.1. Metodologia

O Plano de Ação foi desenvolvido com 16 professoras da UMEI Lucas Monteiro Machado. Foram realizados 6 encontros, organizados em 3 grupos, com cerca de 00:40 a 01:30 hs de duração para reflexão e sensibilização sobre a implementação da Lei 10.639/03 e conseqüentemente, discussões acerca de sua efetivação no âmbito da escola por meio de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a contribuição do negro para construção do Brasil. E também acerca de formação de identidades étnico-raciais positivas nas crianças desde muito cedo. A ressignificação dos preconceitos adquiridos ao longo do tempo, repassado pelos nossos antepassados e construir novos olhares para questão étnico-racial na escola.

9.2. 1ª Etapa - Encontro com professoras da UMEI: 05/09/2014

Contextualização Sobre a Lei 10.639/03

- ✓ O negro não veio para o Brasil por vontade própria, ele foi trazido para ser escravizado. Em nosso país não existem leis segregacionistas, nem conflitos públicos de violência racial, encoberto pelo mito da democracia racial, o racismo promove a exclusão sistemática dos negros na educação, cultura, mercado de trabalho e meio de comunicação. A história que agente conhece dos africanos é de negros subalternos, escravos.
- ✓ A exclusão social da população negra é fruto de uma estratégia política empreendida pela elite racista, bem antes da abolição da escravatura.
- ✓ É um erro afirmar a inexistência do racismo no Brasil. Existem inúmeras estatísticas que comprovam o racismo em nossa sociedade.
- ✓ Racismo é crime. Está na Constituição, por meio da Lei 7.716, de 1989:
- ✓ O negro sempre se posicionou diante da situação de opressão a que foi sempre submetido, em sua trajetória desde século XIX eles se organizam e se manifestam, por variadas formas de expressão: Jornal O Clarim da Alvorada (1929) e a Voz da Raça;
- ✓ A não ser contemplada pelas políticas públicas diante da necessidade e da demanda pelo saber, a população negra no século XIX e na primeira metade do século XX realiza um esforço específico rumo à própria escolarização,

criando várias escolas e cursos. No plano educacional, o final dos anos 40 e os anos 50 são marcados por intensos debates sobre a escola pública e, ao mesmo tempo por uma intensa ação política do movimento negro.

- ✓ Com o fim da ditadura e a partir dos anos 80 surgiu um outro perfil de organização negra que atua de forma direta na denúncia ao racismo presente na sociedade brasileira. O movimento negro denuncia publicamente o racismo e o mito da democracia racial e a sua presença na estrutura do governo e na realidade escolar. Nos anos 80, pós-ditadura, com o processo de redemocratização do país, greves de professores e demais trabalhadores, as lutas pelo voto direto, sobretudo, a luta pela liberdade, ocorreram reformulações dos currículos escolares na maioria dos Estados brasileiros. As reivindicações dos movimentos negros na esfera educacional ganharam forças, e algumas iniciativas na política foram tomadas em alguns Estados a partir de 1989.
- ✓ E em 1995 em Brasília ocorreu um dos eventos mais importantes para as entidades negras brasileiras. “A marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida.”
- ✓ Começa a despontar um novo perfil de intelectual negro que tematiza as relações raciais. Ao constatar que as políticas públicas em educação de caráter universalista, instituídas pós-ditadura, não atendiam a grande massa da população negra e não se comprometiam com o combate ao racismo, o discurso e as reivindicações do movimento negro começam a mudar. E nesse momento que as ações afirmativas, com forte inspiração nas lutas dos negros norte-americanos, passam a se configurar como uma possibilidade e uma demanda política real, transformando-se no final dos 90 e no século seguinte em intervenções concretas.
- ✓ Em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para valorização da população negra, e em 1995/96 foram elaborados os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, na qual as questões da diversidade foram contempladas ainda dentro de uma perspectiva universalista da educação. Iniciou-se uma nova política educacional, nesse momento aprovou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que prevê o processo de unificação curricular e de avaliações nacionais. Consequentemente, em 1997, o governo publica os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), assim como uma série de medidas que produziram diversas mudanças na educação brasileira. A LDB prevê:

Art. 26 – Parágrafo 4º - o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias.

- ✓ Em 2000 o quadro sofre mudanças significativas, as políticas de ação afirmativas passam a fazer parte do compromisso assumido internacionalmente pelo Estado brasileiro na 3ª Conferencia Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul.
- ✓ No contexto dos acordos internacionais e pressões internas do movimento negro pela adoção de políticas públicas de ação afirmativa e de combate ao racismo antes e pós-Durban é sancionada a Lei 10.639 em janeiro de 2003, alterando a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mesmo antes da Lei 10.639 ter sido sancionada,

Portanto, faz-se necessário e urgente um trabalho pedagógico voltado para valorização da diversidade étnico-racial como princípio educativo que contemple a Lei 10.639/03. Os principais desafios a serem enfrentados para que isso aconteça, é sem dúvidas, a mudança de posturas e mentalidades da comunidade escolar, especialmente, os professores que lidam diretamente com as crianças na Educação Infantil. É preciso ressignificar os conhecimentos acerca de nossa cultura, conceitos pré-estabelecidos (eurocêntricos) há séculos. Temos que reconhecer que existe e vivemos o mito da democracia racial e precisamos rever nossos conceitos, ter um novo olhar para as relações étnico raciais, a diversidade existentes na sala de aula. Traçar estratégias e ações pedagógicas efetivas para que as crianças desde pequenas construam identidades positivas sobre si.

Após falar resumidamente sobre o processo realizado até o sancionamento da Lei 10.639/03, apresentei na íntegra o documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com cópia para cada uma, juntamente com cópia também de alguns fragmentos da diretriz.

Fragmentos Das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

“O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.” (P.5)

“O governo federal, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira. Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A Lei 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

O principal instrumento, para isso, é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas no âmbito da administração pública federal.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade.

Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.”(P.10)

“A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.”

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.” (P. 11,12)

*** “Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao

racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001.” (P.12)

“Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.” (P.13)

“Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 45% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE) não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes européias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática.” (P.14)

“Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente.” (P.14)

“É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo.” (P.15, 16)

“... condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças;” (P.18)

“Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar:

- Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como em remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais.

- Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais.

- Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial.”(P.23)

“§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.”

“§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.” (P.31)

Fiquei impressionada com o interesse dos grupos, sinceramente não esperava. Inclusive pedi 30 minutos de atenção e em alguns encontros, a discussão durou 01:30 hs, (todo o tempo do projeto delas). Para iniciar o diálogo fiz uma breve contextualização acerca da história dos africanos no Brasil, sua luta e coragem. Ouviram com atenção e bastante interesse o processo histórico ocorrido no Brasil até chegar à Lei 10.639/03. A participação foi fantástica, inclusive, durante toda a minha fala fui interrompida várias vezes pelas colegas para discutir, relatar fatos pessoais e cotidianos da sala de aula e muitas pediram ajuda pra resolver os

problemas do dia a dia o qual não sabem como agir. Como por exemplo: apelidos de macaco (o mais utilizados para crianças negras), cabelo de Bombril entre outros. E a rejeição de muitas crianças brancas de assentarem perto de colegas negros.

Após discussão e questionamentos, tive uma grande surpresa, pois assim como eu, antes do Laseb, onde hoje curso Diversidade e Educação nas Relações Étnico-raciais e de Gênero não tinha conhecimento da mencionada e debatida Lei, apesar da mesma ter sido sancionada no ano de 2013.

Nesse mesmo dia entreguei para todas as colegas participantes, um xerox das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e também, uma cópia de alguns fragmentos retirados do documento original para leitura e estudo do mesmo.

Registrei ainda alguns casos relatados pelas professoras:

1º CASO– No ano de 2013 na turma de 5 anos, havia uma criança negra que não se reconhecia como tal. Por várias vezes a professora perguntou-lhe de que cor ela era e a menina veementemente afirmava ser branca. Os colegas diziam pra ela que era preta e a menina não aceitava e dizia que a sua mãe era branca como ela. O interessante é que quando mostrado para ela as cores branca e preta, reconhecia corretamente, mas se tratando de sua cor afirmava ser branca. Porém, a professora curiosa com a atitude da menina, quis conhecer a mãe e a família da criança, então constatou-se que todos eram negros. Passou todo o ano e a criança saiu da escola dizendo ser branca, não reconhecendo sua verdadeira origem. Hoje a professora lamenta não ter mais esclarecimentos e conhecimentos na época para poder ajudar sua aluna. E salienta sobre a importância da discussão nesse momento, se tivesse participado dessas reflexões anteriormente com certeza teria ajuda a menina.

2º CASO– Na turma de 5 anos, 2014, tem uma criança que não suporta ficar perto do colega que é negro e às vezes chega à escola cheirando xixi. A menina faz cara de nojo e o despreza. O menino sempre chora, pois se sente rejeitado por algumas crianças que o chama de chocolate. A mãe já foi à escola brava reclamar, o menino não quer ir mais à escola devido os apelidos. A professora intervém conversando com a turma em rodinha e lendo histórias que mostram a diversidade de pessoas existentes.

3º CASO– Em uma turma de 4anos, 2013, havia uma menina branquinha que não aceitava ficar perto de um garoto só porque ele era negro e de uma menina que tinha o cabelo crespo. Em nenhum momento admitia ser coleguinha deles, os desprezavam, não os aceitavam. A professora então conversou com os pais que são brancos. O pai disse não perceber nenhuma atitude racista da filha, mas a mãe disse já ter percebido e sempre conversava com a filha. O ano terminou, a menina já conseguia interagir com o menino, porém, não houve aproximação com a menina de cabelos crespos.

4º CASO–A professora Edna deu um depoimento interessante sobre si. Ela é branca de olhos azuis, filha de mãe branca e pai negro, hoje tem 40 anos. Disse que até os 30 anos não aceitava sua cor branca, Sentia-se a ovelha negra da família por ser branca demais. Durante toda sua vida teve vergonha de ser tão branca, odiava praia, não vestia roupas que mostrasse muito o seu corpo. Ficamos todas emocionadas quando com lágrimas nos olhos disse muitas vezes ter vontade de arrancar sua pele pra ver se por baixo existia a cor negra.

5º CASO – O quinto caso foi relatado por Jussara Rodrigues de Oliveira Silva professora da UMEI que escreve sua própria história. “Vida de serviçal é o que eu chamo desse tempo, que teve início nos anos 60 exatamente em 1964. Tive um problema de doença na minha família e minha mãe se viu sem condições de amparo para todos, então fui para a casa de uma família descendente de alemães e franceses. Ali eu vivi até os 19 anos como serviçal (aquela pessoa que trabalha sem direito nenhum). Sofri na infância e adolescência todo tipo de punição e preconceito, pois era pobre, sem mãe presente, negra, e protestante (assim era tratados os evangélicos) em uma população de maioria católica. Na escola era tratada como um resto de tudo e de todos, tudo de pior que acontecia era nossa culpa. Tinha uma sala separada para me receber com mais 30 alunos na mesma situação que eu, com as mesmas condições sociais, em meio aos maus tratos sobrevivíamos sob toda forma possível de humilhação. Não participávamos de nenhum evento na escola, nos eventos nossa sala ficava em um lugar escondido, pois éramos pobres e negros, a nossa sala era a do final do corredor e todos os funcionários da escola nos excluíam, desde o faxineiro até a diretora, e o que era pior é que as pessoas achavam normal a situação. Entrei em depressão vivia pensando e tentando achar uma forma pra alguém gostar de mim e a meio aos maus tratos nos uníamos em busca de resposta para situação. Em casa eu não tinha direito a nada, comia depois

de todos, o que os outros queriam e determinavam, vestia o resto, tinha meu vasilhame separado, e trabalhava sem parar. Fazia tudo que o adulto não queria fazer, lavava panela de carvão, vendia frutas e verduras vindas da fazenda, lavava, passava com ferro de brasa, buscava lenha, fazia doces e salgados, e me lembravam constantemente que eu tinha que me dar por satisfeita, pois estava até estudando, negro e pobre não tem esse direito. Não podia, nem tinha direito de gostar das coisas que os brancos gostavam, me lembravam sempre, “se fosse branca e rica não sei o que seria de você”. Graças a Deus que esse tempo passou, pra mim e também pro Brasil que vem lutando pra quebrar esse ciclo de vergonha do qual eu vivenciei, mudou muito daquela época até hoje, mas ainda há muito o que se fazer, a população dominante acha uma besteira a gente lembrar com tristeza desse tempo, pois para isso é normal, mas isso tudo deixa marcas dolorosas em nós e nós somos a nossa história. Quando tinha festa eu era requisitada para trabalhar e olhar as crianças da família, durante 12 longos anos e sai de lá me sentindo estranha e sem uma identidade. Minha família não me reconhecia por eu não ter sido criada com eles, e na outra família eu era só uma serviçal. O importante é não deixar nossos sonhos morrer, lutar e olhar pra frente, tentar não reproduzir o preconceito e os estereótipos vividos”.

9.3. 2ª Etapa - Encontro com Professoras da UMEI: 12/09/2014

Apresentação do livro: **História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil** e algumas palavras enfatizando a importância de tratar desde a infância a questão étnico-racial no cotidiano escolar.

Discutiu-se também a importância do uso da literatura infantil para aprendizagem. Para ilustrar o significado das histórias infantis na construção e formação de identidades positivas das crianças pequenas, li o livro: *O Mundo das Pessoas Coloridas* do autor Caio Ducca que conta a simples história de dois meninos, João e José, amigos que se diziam irmãos. Chegando à nova escola ao se apresentarem como irmãos, ouve críticas dos colegas. Pois, não podiam ser irmãos sendo, um branco e outro negro, são muito diferentes. Vão embora pra casa tristes e separados pela primeira vez. João chega em casa e o avó percebe a tristeza do neto e explica para o menino loiro que as pessoas mudam a cor de pele e alguns traços externos. Existem negros, os índios, os orientais, uma infinidade de tipos e variações

dentro de cada grupo. Todos fazendo parte de um conjunto enorme, dos seres humanos. Que devem ter direitos iguais. Zezinho por sua vez, chegou em casa triste também, e a mãe negra já treinada em debater o tema, tratou de resolver o problema. Mostrou que no Brasil foi tomado dos índios, foi terra de plantações e de mineração sob comando europeu. Falou da sua ascendência, dos negros escravizados trazidos da África. Não escondeu o sofrimento da sua gente, que ajudou a construir o Brasil. E sorriu ao se lembrar das músicas, da dança, da religião local africana que tanto encantaram o país. A história aponta o caminho para a mudança. Mostra que a amizade e a compreensão entre os seres humanos é algo bem maior e mais importante que as diferenças.

De acordo com as professoras na escola existe um vasto material (CDs, DVDs, livros, filmes) a ser utilizado, inclusive o Kit a Cor da Cultura que tem como objetivo lançar mundos no mundo, ou seja, ser uma possibilidade para população lançar seus mundos, mostrar a sua voz, cor e identidade, por meio do reconhecimento e do respeito aos saberes e fazeres da população afro-brasileira. Existem vários modos de se ver e dizer algo e o Projeto Cor da Cultura apresenta alguns Modos de Ver, Sentir e Interagir com a cultura afro-brasileira. Mesmo com um montante significativo de livros na biblioteca abordando a questão étnico-racial e a diversidade, as professoras afirmaram ter trabalhado apenas com: O livro negro das cores; A Bonequinha Preta; Menina Bonita do Laço de Fita; Meninas Negras; A princesa e o sapo; Lili, a rainha das escolhas; A Bonequinha Preta e o Menino Nito. E não deram ênfase à temática em questão, segundo elas passava despercebido, mesmo concordando e tendo consciência da importância do povo africano na construção da cultura de nosso país. Não viam a sala de aula com tantas diferenças.

A Importância da Implementação da Lei 10.639/03 na Educação Infantil

A obra História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil contém projetos pedagógicos para auxiliar o trabalho, construção e desenvolvimento de atividades com crianças pequenas para promoção da igualdade étnico-racial

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil também serão atendidas na medida em que consta explicitamente em seu texto que “o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação

infantil” (BRASIL, 2009, p.10).

Após a sanção da Lei 10.639/03 e sua posterior regulamentação por meio do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica.

Mesmo que a educação infantil, como primeira etapa da educação básica, não esteja contemplada inicialmente no texto da lei 10.639/2003, basta ler o Parecer, a Resolução e o Plano Nacional dela decorrentes para se verificar como essa etapa da educação básica foi paulatinamente incorporada, a ponto de a relação entre educação infantil e superação do racismo figurar, hoje, entre as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. (HCAAED, 2014, p. 11).

O livro destina-se aos professores da Educação Infantil. De acordo com o Plano de Implementação da Lei nº 10.639/03.

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam, valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileira (BRASIL. MEC, 2003).

O papel do professor da educação infantil no processo de aprendizagem para relações da educação étnico-raciais é importantíssimo. A esses profissionais cabe a realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade. Desde a infância, podemos ser educados a reconhecer a diferença como diversidade presente na vida humana e aprender a conviver com ela sem preconceitos. Podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local e pessoal, e que esse mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. Assim, as crianças desde pequenas podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais com o outro demonstrando atitudes de respeito.

Não se trata de uma postura individual, e sim de uma prática social. Por isso, as instituições que ofertam a educação infantil deverão analisar criticamente sob a perspectiva da diversidade e se questionar se as crianças têm sido pedagogicamente tratadas de forma digna? A presença negra componente importante da nossa formação social e histórica se fazem presente na educação das crianças pequenas? Qual o olhar voltados à essas crianças pela instituição e seus profissionais em relação as questões étnico-raciais?

Conforme as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, entre os eixos norteadores das práticas pedagógicas que compõem o currículo da educação infantil, destaca-se a garantia de experiências que: “possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referencia e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade” (RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 5/2009) no entanto, sabemos que o reconhecimento da diversidade não é uma tarefa simples, pois requer a valorização das diferentes culturas, ou seja, a compreensão da complexidade da construção cultural situados na dinâmica das relações sociais e políticas que constituem nossa sociedade.

Faz-se necessário que os profissionais da educação infantil conheçam e compreendem a legislação 10.639/03, principalmente, o que as culturas de matriz africana significam, como elas estão presentes em nosso cotidiano e na vida das crianças. Quer sejam negros, brancos ou de outros grupos étnico-raciais essa lacuna em nossa formação pessoal, profissional e política exigem mudanças de posturas e práticas. Portanto, faz-se urgente recontar a história do povo negro, dar visibilidades aos sujeitos e suas praticas, e enfatizar a atuação protagonista da população negra no Brasil e no mundo, seus elos com o continente africano e as diferentes culturas produzidas nesse complexo contexto.

A Literatura Como Ferramenta para Divulgação e Valorização da Cultura Afro-Brasileira

A necessidade de registrar, transmitir informações e conhecimentos existe desde primórdios. O livro faz parte de nossas vidas, o prazer de ler tem múltiplos significados. Ele informa, distrai, traz conhecimentos, cultura, respeitabilidade, imaginação, provoca reflexões e emoção.

Em 1440 o alemão Johannes Gutenberg criou a prensa móvel, possibilitando

a produção massificada de livros, hoje, estamos diante da grande evolução tecnológica, com infinitos equipamentos que funcionam tanto como armazenadores de conteúdo quanto como suporte para consumo. E mesmo com tanta evolução, os livros continuam sendo de grande valor para a humanidade.

A literatura é o meio mais eficaz para entrada das crianças para o mundo da leitura, ela é sem dúvida o meio acessível para o saber e conhecer sobre a vida humana. Afinal, narramos todos os acontecimentos reais e fictícios, felizes e tristes. As histórias da literatura, antes de estarem nos livros, foram contadas, depois registradas e transmitidas ao longo do tempo. Os registros são feitos por meio da escrita (livros, jornais, revistas, blogs, sites, etc.), por dramatização (cinema, teatro, televisão, vídeo) e filmes.

“Por meio das histórias, aprendemos a entender o mundo, as relações, as diferentes culturas, a organizar nossos sentimentos e emoções. As histórias nos constituem humanos, nos formam como pessoas, nos fazem pertencer a este ou aquele grupo, nos fortalecem, nos encorajam, nos fazem refletir sobre nossos jeitos de ser e de agir.” (FONSECA, 2013)

As histórias de nossos antepassados e as narrativas pessoais que fazem parte da construção de nossa identidade, que explicam de onde viemos, quem somos, em que acreditamos, como vivemos. As histórias falam de diferentes culturas e épocas, dos sentimentos, das relações dentre outras coisas.

A criança é um ser em desenvolvimento, e traz consigo muitos conhecimentos e saberes adquiridos em sua vivência do dia a dia, por isso é importante abrir espaço para que elas façam comentários, conversem e recontem histórias lidas, esse tipo de atividades são bem sucedidas nas rodinhas.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção de conhecimento, as crianças utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um imenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (RCNEI, 1998).

Sendo assim, é fundamental que os professores da educação infantil contem e recontem histórias sobre a cultura afro-brasileira para seus alunos, pois livros de literatura infantil possibilitam a criança o uso da palavra e oferece oportunidade de relacionar a realidade com imaginação. É na infância que a criança tem seu primeiro contato com a leitura e a formação de hábitos de ler. Por isso o professor da Educação Infantil tem grande responsabilidade nesta fase e precisa se preparar e planejar suas aulas, quando propor uma leitura ou contação de história para turma, ele pode não ser especialista sobre o assunto a ser abordado, mas, se tiver conhecimento a respeito do tema, tornará a leitura encantadora e agradável.

9.4. 3ª Etapa - Encontro com Professoras da UMEI: 19/09/2014

Passsei no data show os VÍDEOS: Racismo/Preconceito – Teste das bonecas (Que boneca é legal), Teste do pescoço (Caminho Suave – Jairo Pereira), Quem (Porta dos Fundos), todos retirados da internet. Os comentários sobre os vídeos foram diversos, mas ficou claro que são hilários, porém verídicos e que sempre que se trata da questão da cor sempre existe muita piada, desrespeito, preconceito, racismo. Algumas colegas gravaram para levar para os familiares assistirem, ou colegas de outras instituições, foram bem divulgados. Esse encontro assim como os outros rendeu discussão, para além do esperado.

Entreguei a cada professora uma cópia do teste do pescoço escrito.

Faça o 'teste do pescoço' e saiba se existe racismo no Brasil

Aplique o Teste do Pescoço em todos os lugares e depois tire sua própria conclusão. Questione-se se de fato somos um país pluricultural; uma Democracia Racial

Por [Luh de Souza](#) e [Francisco Antero](#).

1. Andando pelas ruas, meta o pescoço dentro das joalherias e conte quantos negros/as são balconistas;
2. Vá a quaisquer escolas particulares, sobretudo as de ponta como; Objetivo, Dante Alighieri, entre outras, espiche o pescoço pra dentro das salas e conte quantos alunos negros/as há. Aproveite, conte quantos professores são negros/as e quantos estão varrendo o chão;

3. Vá a hospitais tipo Sírio Libanês, enfie o pescoço nos quartos e conte quantos pacientes são negros, meta o pescoço a contar quantos negros médicos há, e aproveite para meter o pescoço nos corredores e conte quantos negros/as limpam o chão;
4. Quando der uma volta num Shopping, ou no centro comercial de seu bairro, gire o pescoço para as vitrines e conte quantos manequins de loja representam a etnia negra consumidora. Enfie o pescoço nas revistas de moda , nos comerciais de televisão, e conte quantos modelos negros fazem publicidade de perfumes, carros, viagens, vestuários e etc.
5. Vá às universidades públicas, enfie o pescoço adentro e conte quantos negros há por lá: professores, alunos e serviçais;
6. Espiche o pescoço numa reunião dos partidos PSDB e DEM, como exemplo, conte quantos políticos são negros desde a fundação dos mesmos, e depois reflitam a respeito de serem contra todas as reivindicações da etnia negra.
7. Gire o pescoço 180° nas passeatas dos médicos, em protesto contra os médicos cubanos que possivelmente irão chegar, e conte quantos médicos/as negros/as marchavam;
8. Meta o pescoço nas cadeias, nos orfanatos, nas casas de correção para menores, conte quantos são brancos, é mais fácil;
9. Gire o pescoço a procurar quantas empregadas domésticas, serviçais, faxineiros, favelados e mendigos são de etnia branca. Depois pergunte-se qual a causa dos descendentes de europeus, ou orientais, não são vistos embaixo das pontes ou em favelas ou na mendicância ou varrendo o chão;
10. Espiche bem o pescoço na hora do Globo Rural e conte quantos fazendeiros são negros, depois tire a conclusão de quantos são sem-terra, quantos são sem-teto. No Globo Pequenas Empresas& Grandes Negócios, quantos empresários são negros?
11. Nas programações das Tvs abertas, acessível à maioria da população, gire o pescoço nas programações e conte quantos apresentadores, jornalistas ou âncoras de jornal, artistas em estado de estrelato, são negros. Onde as crianças negras se veem representadas?

9.5. 4ª Etapa - Encontro com Professoras da UMEI: 26/09/2014

FILMES: Vista a minha pele, visto por meio do data show, retirado da internet, assim como os vídeos, conheci através das aulas no LASEB. As professoras comentaram do racismo ao contrário muito discutido, em nossos encontros. O objetivo de sensibilizar as colegas acredito ter atingido, resta saber como vão utilizar o pouco que pude contribuir com as informações levadas à elas.

9.6. 5ª Etapa - Encontro com Professoras da UMEI: 03/10/2014

Desenvolvi uma Dinâmica:

“EXISTIU RACISMO X NÃO EXISTIU RACISMO”, que participei na sala de aula, com a professora Ana Amélia no curso do Laseb. As situações que mais incomodaram as colegas foram os casos 6 e 7 devido se tratar de uma religião de matriz africana (Candomblé), portando discriminada por nossa sociedade e desconhecida pela maioria. No caso 7 houve uma fervorosa discussão, citaram o racismo ao inverso. Nos demais se identificaram com as situações e relataram muitos fatos pessoais ocorridos no cotidiano com familiares, amigos e conhecidos. Nessa oportunidade se posicionaram a respeito das cotas na universidade, o grupo ficou dividido umas contra e outras a favor.

ROTEIRO DA DINÂMICA

OBJETIVOS: Explorar as percepções e posições do grupo acerca da dinâmica das relações raciais. Explicitar e debater dúvidas, estranhamentos, incoerências e incômodos em relação à temática. Permitir a emergência de posicionamentos pessoais e da reflexão acerca da racialidade de nossas identidades e relações sociais.

MATERIAL

Cópias das situações.

TEMPO PREVISTO(até 01:30 hs)

DESENVOLVIMENTO

1º Momento – Distribuição dos Casos.

Objetivo: Exercitar a elaboração das percepções acerca da dinâmica do racismo brasileiro.

Desenvolvimento: O grupo será dividido em duplas. Cada dupla receberá um relato de uma situação e deverá debatê-la. A partir do debate cada dupla deverá construir argumentos a partir de uma das seguintes posições: Existiu “racismo” nessa situação ou Não existiu “racismo” nessa situação.

Essa posição deve ser argumentada pela dupla independentemente da opinião real que ela tenha sobre ela. (A DUPLA DEVERÁ ESCOLHER OS CASOS QUE ACHAR MAIS INTERESSANTES)

2º Momento – Apresentação discussões.

Desenvolvimento: Cada dupla apresentará a situação e os argumentos que construiu. Anotei os pontos a serem retomados na síntese final.

3º Momento– Debate e síntese.

Desenvolvimento: Retomei os pontos da apresentação, promover o debate, costurando também elementos teóricos importantes. Questionar os duplas sobre como foi à experiência e construção dos argumentos.

SITUAÇÃO 01 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 01 – NÃO EXISTIU RACISMO

Lucas Neiva, de 8 anos, está impedido de estudar em um colégio da cidade de Guarulhos em São Paulo, por conta do corte de cabelo que costuma usar. Segundo a mãe do menino, Maria Izabel Neiva, em agosto ela recebeu um bilhete de uma professora orientando-a a cortar o cabelo da criança. Ela negou, conversou com a diretora, mas de nada adiantou. Quando ela, Izabel, decidiu não cortar o cabelo do garoto e mandar um bilhete à diretora da escola, obteve a resposta de que “esse tipo de ‘cabelo’ “blackpower” não é usado no colégio pelos alunos”. “Vim conversar com ela, a diretora, pessoalmente, passei umas duas ou três horas, e falei que não atrapalha em nada o cabelo dele. Ele enxerga normalmente, o cabelo não está no olho, não atrapalha em nada. Mas ela disse que 'atrapalha os colegas a enxergar a lousa'. Ela [diretora] falou que o cabelo dele 'é crespo, cheio e inadequado'.”

SITUAÇÃO 02 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 02 – NÃO EXISTIU RACISMO

Jaqueline, professora de educação infantil, se surpreendeu ao tentar se despedir de uma de suas alunas no fim do período da aula. Ao abaixar para abraçar a menina, Jaqueline recebeu da garota uma recusa com a seguinte justificativa: “Tia, não posso mais brincar com você. Minha mãe me disse que você é preta e feia e por isso não é pra eu ficar perto de você”. Muito entristecida e abalada com a situação, Jaqueline correu para conversar com uma de suas colegas, pedindo ajuda para lidar com o ocorrido. Também chocada, a colega disse a ela para não se abalar, pois a criança não sabia o que estava dizendo e nessa situação ela não poderia ter controle sobre o que os pais dizem aos filhos em casa.

SITUAÇÃO 03 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 03 – NÃO EXISTIU RACISMO

Carla, uma jovem negra de 17 anos, moradora da periferia de uma grande cidade, recebe a ligação de um supermercado em que havia deixado o currículo para ser admitida como caixa. Ela mal acredita que, enfim, o primeiro emprego com carteira assinada chegou e que ela poderá deixar de ser manicure no salão da mãe onde ganha uns trocados. Empolgada se arruma, põe a sua melhor roupa e enlaça os “dreads” com uma faixa colorida que faz um lindo contraste com sua pele e seus olhos amendoados. Chega ao supermercado e ouve do gerente que o emprego é dela, mas seria necessário ter os cabelos curtos ou alisados e que isso era uma exigência da empresa.

SITUAÇÃO 04 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 04 – NÃO EXISTIU RACISMO

Irene é uma menina negra, de 12 anos de idade, estudante em uma escola pública de Belo Horizonte. Nas férias de dezembro, a menina deu obrigação ao santo de sua cabeça. E, como manda a tradição, além do cabelo raspado sob o turbante, a menina teria de cumprir três meses de preceitos. Não poderia utilizar os vasilhames da escola, sentar-se ao chão durante as aulas, nem mesmo participar de atividades que exigiam grande esforço físico. Tudo isso despertava a curiosidade dos colegas. Então, para evitar o sofrimento para a garota, a equipe pedagógica sugeriu afastá-la das atividades cotidianas durante o resguardo.

SITUAÇÃO 05 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 05 – NÃO EXISTIU RACISMO

Uma escola pública da periferia de Belo Horizonte se deparou com uma questão delicada. Carla era praticante do Candomblé e necessitaria se ausentar da escola durante um mês para participar de um ritual. O ritual que a estudante deveria executar é o que podemos chamar de “fazer ou raspar o santo”, ou seja, tornar-se uma pessoa iniciada na religião. Diante da morosidade da escola em lhe dar uma resposta sobre a possibilidade de se ausentar, Carla optou por fazer o ritual nas suas férias, para alívio da direção escolar que não precisou tomar a decisão.

SITUAÇÃO 06 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 06 – NÃO EXISTIU RACISMO

A gerente de uma loja precisava contratar uma jovem como vendedora. Após seleção de currículos, selecionou as duas melhores candidatas. Ambas jovens de 22 anos, estudantes universitárias com excelentes desempenhos acadêmicos e profissionais. Com o empate a gerente marcou entrevistas para avaliar quem era a mais simpática e extrovertida. Para surpresa da gerente as duas eram muito simpáticas e extrovertidas. E apenas uma característica aparente as diferenciava: tratava-se de uma moça branca e uma negra. Diante do dilema e buscando ser muito justa nas suas relações pessoais, a gerente sabia, entretanto, que por ser a sociedade brasileira extremamente preconceituosa, principalmente nas camadas mais elevadas, ela não poderia contratar uma funcionária negra em detrimento à uma candidata branca, pois os frequentadores do Shopping poderiam não entrar em sua loja para comprar os produtos à venda. Se isso ocorresse, pensou, tanto ela quanto os outros funcionários poderiam ficar desempregados. Assim, considerando que ela se considera a favor da justiça social resolveu contratar a moça branca, pois dessa forma ela garantiria os lucros da loja e o emprego de seus funcionários.

SITUAÇÃO 07 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 07 – NÃO EXISTIU RACISMO

Bruna, de 15 anos, foi convidada para um evento de sua escola, que compõe as atividades da Semana da Consciência Negra de sua cidade. Bruna, bastante motivada com a discussão da igualdade racial, logo buscou uma de suas camisetas preferidas, que tem estampada os dizeres: “Orgulho de ser Branca” e foi animada para o evento. Ao chegar lá, Bruna percebeu que era observada por todos. Não

demorou muito para se aproximarem dela e lhe pedirem uma satisfação por sua camisa. “Isso é uma afronta!”, disse uma das professoras responsáveis pela organização do evento. “Racismo na semana da Consciência Negra?”, perguntou uma jovem negra que observava a cena. “Mas não sou racista”, respondeu Bruna... continuando em sua argumentação, Bruna diz ainda: “Estou apenas participando da celebração da diversidade racial, não é esse o motivo desta festa?”... E em sua defesa, veio uma professora, bem parecida com Bruna, e logo indagou a todos: “porque somente os negros podem se orgulhar de sua cor? Nós também temos orgulho de sermos brancas... e isso não é racismo!”

SITUAÇÃO 08 – EXISTIU RACISMO

SITUAÇÃO 08 – NÃO EXISTIU RACISMO

Rodolfo, 45 anos, todos os dias após o trabalho, desce a ladeira pra tomar seu ônibus. Ele é vigia de uma casa e trabalha num bairro nobre de sua cidade. Ao longo do caminho as ruas são pouco movimentadas. A maioria dos moradores daquele bairro anda de carro. Num dia comum, no caminho da parada de ônibus, ele observa um rapaz, que vinha logo atrás dele, caminhando na mesma direção. Com aparência jovial, o rapaz estava vestido com simplicidade. Usava camiseta regata, bermuda e chinelos. Tinha o cabelo “Black Power”, pele visivelmente preta e parecia apressado. Ao ver a cena, Rodolfo imediatamente sentiu um frio na barriga. Lembrou-se de quando foi assaltado anos atrás e tratou de atravessar a rua e apressar o passo. Teve certeza que o jovem não lhe tirava os olhos e ao perceber que ele se aproximava, entrou na padaria da esquina para despistá-lo. Contou ao atendente a situação e pediu ajuda, certo de que o rapaz estava lhe seguindo. Pediu ao atendente para acionar a polícia. Minutos depois, o jovem entra na padaria, cumprimenta o atendente demonstrando intimidade e se dirige a Rodolfo: “O senhor viu que nosso ônibus passou mais cedo hoje?! Tá aproveitando pra tomar um café enquanto o próximo não vem, né. Vou fazer o mesmo... só assim pra dar conta dessa vida de atravessar a cidade todo dia pra trabalhar”...

9.7. 6ª Etapa - Encontro com Professoras da UMEI: 10/10/2014

Agradecimento pela recepção, colaboração e participação de todas na execução do Plano de Ação e para finalizar aplicação de questionário com registro individual.

Apresentação do PowerPoint “Formação do professor em relação a lei 10.639/03, disponível em <http://www.slideshare.net/culturaafro/formao-do-professor-em-relao-a-lei-10.639/03>.

10. QUESTIONÁRIO APLICADO APÓS FORMAÇÃO COM PROFESSORAS

LASEB – Especialização em Docência na Educação Básica FAE/UFMG

Disciplina: Análise Crítica da Prática Pedagógica

Pesquisa na escola de origem: “A Lei 10.639/03 e a Educação das Relações Étnico-Raciais no Espaço Escolar”

Objetivo Geral:coletar dados e informações relativos à implementação da Lei 10.639/03 na escola UMEI Lucas Monteiro Machado, a fim de subsidiar a escrita, elaboração e avaliação do Plano de Ação.

1) Em sua escola há algum movimento de inclusão temática “História da África e Cultura Afro Brasileira” nas práticas em sala de aula? Sim? Não? Em termos? Justifique sua resposta.

R: De acordo com as respostas da maioria das professores, o tema é trabalhado diariamente em sala de aula. Mesmo sabendo que, somente se trabalha o tema na semana da Consciência Negra, e nem todas as professoras fazem questão de discutir a importância do negro para nossa cultura. Muito menos valorizar e respeitar sua contribuição para com o povo brasileiro.

2) É possível dizer que a inclusão dessa temática se faz de modo a contemplar os princípios norteadores da Lei 10.639/03?

R: A Lei 10639/03 apesar de existir há 11 anos, ainda não era de conhecimento das professoras, acreditam estarem iniciando o processo e esperam incluir no currículo escolar.

3) Descreva e analise como você percebe a receptividade das diversas professoras de sua escola no que se refere à inclusão da História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.

R: Percebi receptividade, porém, é necessário incluir nas práticas diárias o trato da questão étnico-racial. As professoras demonstram interesse pelo assunto. Podemos ouvir alguns depoimentos interessantes sobre o assunto nas conversas sobre a

temática em nossos encontros. Aprendemos umas com as outras, na troca de experiências. Mas, ainda afirmam ser um tema novo e de difícil abordagem.

4) Cite dois aspectos existentes na sua escola que favoreçam o trabalho em torno da promoção da igualdade étnico racial nas escolas:

R: A resposta a essa questão foi unânime. Existe um rico material pedagógico: livros literários, fantoches, bonecos, DVDs, CDs e autonomia para desenvolver o trabalho. E principalmente, a própria diversidade da comunidade escolar.

5) Cite dois aspectos existentes na sua escola que desfavoreçam o trabalho em torno da promoção da igualdade étnico racial nas escolas:

R: Todas as professoras afirmam faltar momentos de discussão sobre o tema, falta de formação e informação, e ainda, dizem ser um tema difícil em razão da própria aceitação. Resumindo, a existência do Preconceito.

6) Quais outras reflexões, ideias, propostas, críticas e sugestões você gostaria de registrar no sentido de contribuir para o desenvolvimento dessa pesquisa?

R: Inclusão da Lei 10639/03 efetiva nos currículos da educação infantil. Momentos coletivos de discussão sobre a temática, formação, informação e troca de experiências com UMEIS que já implementaram a Lei.

11. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E REFLEXÕES EM TORNO DOS ENCONTROS

O projeto aplicado na escola UMEI Lucas Monteiro Machado teve como foco discutir a implementação da Lei 10.639/03 e refletir sobre a Educação das relações étnico raciais no espaço escolar.

Para desenvolver tal projeto foi necessário realizar um ciclo de estudos sobre a lei em questão e criar momentos de interação social entre os profissionais da escola para discutir o tema em questão. Ao longo dos ciclos de discussões, percebeu-se que a grande maioria dos profissionais conhece o tema, mas não se aprofundam nas discussões e em grande parte não levam as discussões para a sala de aula.

Segundo relato destes profissionais, todos sabem que a discriminação e o preconceito estão presentes, porém de forma velada o que ao olhar desatento passa despercebido. Mas, ao analisar os relatos destes profissionais, de situações vivenciadas ou observadas no espaço escolar, leva-nos a perceber que esta situação não é tão velada e se mostra presente no dia a dia da escola.

Após a discussão do tema e exposição da Lei 10.639/03 com os profissionais foi aplicado um questionário contendo seis (6) questões buscando levantar informações sobre o trabalho de inclusão da “História da África e Cultura Afro-brasileira”, nas práticas em sala de aula. O questionário foi aplicado a dezesseis (16) profissionais da escola, sendo devolvidos respondidos, 13 questionários.

De acordo com as respostas é possível perceber que há um trabalho com o tema abordado. Porém não de forma sistemática. De acordo com grande parte dos profissionais este trabalho acontece normalmente no mês de novembro, durante a semana da Consciência Negra. Segundo algumas professoras, somente tiveram acesso à discussão do tema, quando esta foi levantada por duas professoras da escola que estão participando da Especialização em Docência na Educação Básica FAE/UFMG.

A partir dos questionários o que se percebe é que o trabalho com o tema não é realizado por falta de materialidade, uma vez que os questionários apontam para a existência de um rico material literário direcionado a idade dos alunos da escola abordando o tema. Assim, pode-se dizer que o que faz com que esta discussão não

chegue à sala de aula é o despreparo e falta de informação dos profissionais, o que também pode ser verificado nas respostas obtidas no questionário.

Assim, para poder aplicar a Lei 10639/03 de forma efetiva e eficiente é necessário que formações como esta do curso de especialização da FAE/UFMG seja estendida para mais profissionais da área da educação, capacitando-os para a discussão em sala de aula. Ou, ainda, que sejam promovidos ciclos de palestras ou minicursos para capacitar estes profissionais, uma vez que a especialização é uma formação mais ampla e demorada.

Também é possível depreender dos questionários que as professoras, aparentemente, em sua maioria, estão aptas e abertas à discussão do tema e demonstram de certa forma, interesse em aplicar tal discussão na sala de aula colaborando, assim, para a efetivação da implantação da lei no contexto escolar da UMEI Lucas Monteiro Machado.

Conclui-se, portanto, que após estas discussões, que embora a lei seja de 2003 ainda há um longo percurso para que ela se efetive no espaço escolar, enquanto discussão e valorização da cultura afro-brasileira. E esta só será possível quando os profissionais forem capacitados e incentivados a desenvolverem projetos sobre o assunto, assumindo concretamente, e não apenas nas intenções, a implementação da Lei na sala de aula.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Especialização em **Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero**, a elaboração e aplicação do Plano de Ação propiciou-me conhecimento e uma nova concepção a respeito da questão racial no Brasil, principalmente, no interior da escola, na sala de aula.

O Plano de Ação teve como foco a implementação da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dois africanos no currículo escolar, decisão que resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação do povo brasileiro.

O Plano de Ação também foi elaborado com a intenção de conscientizar e sensibilizar as professoras da UMEI Lucas Monteiro Machado do quanto é necessário construir identidades positivas nas crianças da Educação Infantil desde pequeninas, para que desde muito cedo sejam orgulhosas do seu pertencimento étnico-racial.

Para que a lei se efetive no âmbito escolar, as professoras devem introduzir em suas práticas pedagógicas conteúdos que a contemple. Os estudos realizados a respeito da lei durante o desenvolvimento do Plano de Ação possibilitaram-nos refletir e avaliar o quanto a proposta curricular da UMEI Lucas Monteiro Machado, as ações, as estratégias utilizadas na prática pedagógica cotidiana, pouco tem contribuído na construção de identidades positivas nas crianças negras da instituição.

As discussões e reflexões trazidas para o grupo de professoras sobre as relações étnico-raciais e o legado africano deixado como herança para cultura brasileira foram questões nunca avaliadas anteriormente pelas educadoras, eram temas abordados somente em datas comemorativas e sobre a Lei 10.639/09 jamais ouviram falar sobre ela.

Paraíso (2000), argumenta que: “não podemos esquecer de que os professores/as tiveram e têm uma formação cujos currículos têm narrativas étnico-raciais excludentes e que algumas etnias/raças são completamente silenciadas nos currículos por meio dos quais elas/eles se formaram”.

A obra *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais* elaborada pelo MEC, explicita muito bem quando diz que as dimensões do cuidar e

educar nos permitem compreender a importância das interações positivas entre educadoras e crianças. Relações pautadas em tratamentos desiguais podem gerar danos irreparáveis à constituição da identidade das crianças, bem como comprometer a trajetória educacional das mesmas. A escola é foco de discriminação e racismo, e no interior das instituições de Educação Infantil não é diferente. Meninos e meninas negros desde muito cedo sofrem atitudes preconceituosas e racistas comprometendo a socialização e interação tanto das crianças negras quanto das brancas produzindo desigualdades.

Sendo a educadora mediadora entre a criança e o mundo, o processo de ensino aprendizagem, o cuidar e educar se perpetua por meio de interações que constroem a autonomia, autoestima e identidades positivas nas crianças negras e brancas. A abordagem das questões étnico-raciais precisa avançar para além dos discursos. Estudos e reflexões em torno da Lei 10.639/03 são necessários, mas é fundamental mudar os espaços de formação docente, é preciso que chegue à escola, conseqüentemente à sala de aula toda sabedoria relacionada à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira.

Freire (1999), afirma que não é possível uma prática pedagógica-progressista ser desenvolvida apenas com ciências e técnica, é preciso que se tenha outras virtudes tais como: respeito aos outros, tolerância, abertura ao novo, disponibilidade ao novo, dentre todas citadas por ele, para formação de professores, acredito serem as mais importantes, inclusive, se tratando das questões raciais. Seguindo a mesma linha de pensamento, as autoras Gomes e Silva (2006) concordam que:

“O desafio para o campo da didática e da formação dos professores no que se refere à diversidade é pensá-la na sua dinâmica e articulação com os processos educativos escolares e não-escolares e não transformá-la em metodologias e técnicas de ensino para os ditos “diferentes”.

Espero que a intervenção pedagógica realizada na UMEI Lucas Monteiro Machado tenha contribuído para que as professoras possam intervir de forma efetiva em situações onde ocorram atitudes racistas e preconceituosas dentro da sala de aula. Assim, faz-se necessário e urgente à inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola, conteúdos curriculares que contemplem o processo de implementação da Lei 10.639/03 e que assegure o ensino e aprendizagem da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, esse é o grande desafio do corpo docente da instituição.

Por fim, ter a oportunidade de estudar e dialogar sobre a Lei 10.639/03 foi um desafio e privilégio, ao mesmo tempo, uma grande conquista, visto que este curso não me permite mais fugir do confronto com a questão étnico-racial. Esta disciplina deixou-me com uma responsabilidade política e social: fazer com que à História e à Cultura Africana e Afro-brasileira se torne um conhecimento efetivo na sala de aula.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. **Educação e raça: perspectivas políticas pedagógicas e estéticas**. Autêntica: Belo Horizonte 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino.

BRASIL. ***Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana***. Ministério da educação e do desporto. *Brasília, 2004*.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI). **História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil**. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: 2006. p. 27-49,125-177.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, 24/12/96: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: (MEC), 1996.

CARVALHAR, Danielle L.e PARAÍSO, Marlucy Alves. **Gênero e relações étnico-raciais no currículo da educação infantil**. Lbrys: Estudos Feministas, julho-dez. 2012. Disponível online <http://www.lbrys22/education/danielle.htm>

Ducca, Caio. **O Mundo das Pessoas Coloridas**. MAZZA edições, 2010.

FONSECA, Edi. **Interações**: com olhos de ler: apontamentos sobre a leitura para a prática do professor de Educação Infantil / Edi Fonseca; Josca Ailine Baroukh, coordenadora; Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves, organizadora -. São Paulo: Blucher, 2012.(Coleção Interações)

FREIRE, Paulo: **Ensinar exige escutar** in: Pedagogia da Autonomia. Ed. Paz e Terra. 13ª edição, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Limites e Possibilidades da Implementação da Lei 10.639/03 no Contexto das Políticas Públicas em Educação**. Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil / Orgs. Marilene de Paula, Rosana Heringer. - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. 1ª Ed. P. 39-74.

GOMES, Lino Gomes. **Alguns termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil**: In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10639/03, Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

GOMES, Lino Gomes. **Educação e Relações Raciais**: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada/Kabengele Munanga, organizador – Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005, p. 143-154

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O desafio da diversidade. Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Autêntica. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-34.

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, preconceito e discriminação**: Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada/Kabengele Munanga, organizador – Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005, p. 185-201.

MOURA, Glória. **O direito à diferença**. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada/KabengeleMunanga, organizador – Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005. p. 69-82.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. SMED – Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Política Pedagógica da UMEI Lucas Monteiro Machado**. BH. 2013.

Resolução do Conselho Municipal de Educação - CME/BH, Nº 01/2000.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar**. Mazza Edições.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR>. Acesso em: 08 setembro 2014.

<http://www.acordacultura.org.br/kit>. Acesso em: 11 julho 2014.

slideshare.net/culturaafro/formao-do-professor-em-relao-a-lei-10639. Acesso em: setembro 2014

www.youtube.com. Acesso em: agosto 2014

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS:
REFLETINDO SOBRE ALGUMAS
ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO.**

Lei 10639/03

- A nova legislação sancionada em 09 de janeiro de 2003, pelo Presidente Lula acrescentou dois novos artigos à Lei e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)

Lei 10.639/03


- **Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.**
- **Parágrafo Primeiro - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.**
- **Parágrafo segundo - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.**
- **Art. 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra.**



Parecer 03/04 do Conselho Nacional de Educação

- aprovado no dia 10 de março de 2004, pelo CNE;
- relatado pela Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva;
- homologado pelo MEC, em 19 de maio de 2004;
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos, a educação da relações Étnico Raciais bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.



LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008

NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E DE ENSINO MÉDIO, PÚBLICOS E PRIVADOS, TORNA-SE OBRIGATÓRIO O ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.



Deliberação N.º 04/06

- Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

ARTIGO:3º- QUALIFICAR OS EDUCADORES NO QUE DIZ RESPEITO A TEMÁTICA, PROMOVEDO CURSOS SEMINÁRIOS, OFICINAS DURANTE O PERÍODO LETIVO, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO DOS EDUCADORES SEM NENHUM PREJUÍZO FUNCIONAL OU SALARIAL

ARTIGO 6º- FORMAÇÃO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA DAR SUPORTE AOS PROFESSORES.

ANO DE 2009: REGIMENTAÇÃO DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES



COMO TRABALHAR ESTAS TEMÁTICAS NAS DISCIPLINAS CURRICULARES?



Superar no campo do currículo

- O negro a partir da escravidão
- Visão da África como continente primitivo
- Os negros foram escravizados por que eram mais dóceis
- O fim da escravidão como uma dádiva da Princesa Isabel
- Recuperar valores positivos da população negra, fugindo do folclorismo
- Trabalhar com os escritores, artistas negros no país
- Cuidado com os textos e imagens nos livros didáticos que trazem reflexos da ideologia de dominação racial

Onde estão a África, os africanos e os afro-brasileiros na grade curricular das nossas escolas públicas e privadas, nos níveis infantil, fundamental, médio e universitário?

A África mantém-se como um continente desconhecido para a maioria da população brasileira, incluindo os docentes. Em nossas escolas, não se aborda o passado nem o presente africano, muito embora esse passado esteja tão presente no cotidiano nacional, por meio das palavras faladas, da cultura, das religiões, das instituições, da economia etc.

São imensos o desconhecimento e o silêncio sobre o passado e o presente da comunidade negra no Brasil

A África permanece para a maioria reduzida a uma imagem simplificada por quatro T

TRIBO
TAMBOR
TERREIRO
TARZAN

(PERERIRA, 1978,p.16)

Luanda - Angola



Dacar – Senegal
Homenagem aos escravizados



Cidades Africanas

Brazzaville -Congo



Maputo = Moçambique



Cidades Africanas

Cairo – Egito – 20 milhões de habitantes



Durban - África do sul
Estádio de futebol



Cidades Africanas

Como nós, professores e professoras, temos trabalhado com a questão racial na escola?

Que atitudes tomamos frente às situações de discriminação racial no interior da escola e da sala de aula?

Até quando esperaremos uma situação drástica de conflito racial ou enfrentamento para respondermos a essas perguntas?

O tratamento da questão racial é um projeto coletivo da escola? Ou apenas trabalhos individualizados?

**FILME: TESTE DO RACISMO
E vida Maria**

Em relação a aplicabilidade da lei o professor e a escola devem ter sua autonomia, mas autonomia não significa ser livre para fazer o que eu quero. Quando quero, de qualquer jeito. Apenas para constar no livro de chamada ou no projeto político pedagógico da escola.

É preciso que as práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios éticos que norteiem as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras. E é necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate.

Nós, os(as) professores(as), somos conhecidos como uma categoria de lutas e de conquistas e como intelectuais da educação. Se reconhecemos que o trato pedagógico da diversidade é um direito de todo cidadão pertencente a qualquer grupo étnico-racial . Pergunto:

Que movimento temos feito no interior da escola para que possamos trabalhar com estas temáticas?

Para existir mudanças é preciso que haja movimento. E movimento não combina com ações isoladas. É preciso uma organização enquanto grupo.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou por sua religião, ou por sua posição social. Para odiar as pessoas precisam aprender e se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto.
Nelson Mandela.



Axé, axé, axé pra todo mundo,
Axé muito axé, muito axé
Muito axé pra todo mundo, axé
Eu, professora, brasileira. Desejo pra
esse Brasil e para todos de todas as raças
De todos os credos Axé